

**COLÉGIO PEDRO II**

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e  
Cultura

Programa de Pós-Graduação em Ensino de História

Pamela Dias Soares Chuva

**DESCONSTRUINDO AS FAKE NEWS SOBRE A  
DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA:**  
Estratégias para o uso crítico das redes sociais em sala de aula

Rio de Janeiro  
2021



**Pamela Dias Soares Chuva**

**DESCONSTRUINDO AS FAKE NEWS SOBRE A DITADURA CIVIL  
MILITARBRASILEIRA: Estratégias para o uso crítico das redes sociais em  
sala de aula**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador Professor Dr. Leandro Clímaco

Rio de Janeiro

2021

**COLÉGIO PEDRO II**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**  
**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**  
**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

C564 Chuva, Pamela Dias Soares

Desconstruindo as fake news sobre a ditadura civil militar brasileira: estratégias para o uso crítico das redes sociais em sala de aula / Pamela Dias Soares Chuva. - Rio de Janeiro, 2021.

65 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Leandro Clímaco.

1. História – Estudo e ensino. 2. Ditadura - Brasil. 3. Fake news. 4. Eleições. I. Clímaco, Leandro. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

**PAMELA DIAS SOARES CHUVA**

**DESCONSTRUINDO AS FAKE NEWS SOBRE A DITADURA CIVIL MILITARBRASILEIRA:** Estratégias para o uso crítico das redes sociais em sala de aula

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em 8 de julho de 2021.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Leandro Clímaco Almeida  
Colégio Pedro II  
Orientador

---

Prof. Dr. Pedro Krause Ribeiro  
Colégio Pedro II

---

Profa. Dra. Valesca de Souza Almeida  
Colégio Pedro II

## RESUMO

CHUVA, Pamela Dias Soares. **Desconstruindo as fake news sobre a ditadura civil militar brasileira:** Estratégias para o uso crítico das redes sociais em sala de aula. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2021.

O presente trabalho busca analisar as fake news, principalmente as que surgiram durante o período eleitoral de 2018, com foco na temática da ditadura brasileira, que tinham o intuito de se manifestar em defesa do regime. Buscar os fatores que levaram ao crédito e compartilhamento das mesmas, entendendo a relevância que isso tinha para determinados grupos. Para isso, inicia-se explicando o papel da internet em nossa sociedade, as facilidades e as interferências que ela apresenta em nossas vidas, e como nos tornamos refém de uma ferramenta que deveríamos dominar. Além disso, analisamos o papel dessas empresas, que administram as redes sociais de maneira intencional, para dirigir a sociedade a determinados caminhos. A partir disso, entender como essas fake news interferem na rotina de sala de aula, através de questionamentos cada vez mais incisivos sobre a postura do professor. E como podemos combatê-las e fazer com que a história seja mais valorizada, estando além de meras opiniões.

**Palavras-chave:** fake news; ditadura; ensino de história.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PRINT ISENTÕES .....	16
FIGURA 2 - CONVERSA GRUPO SECRETO .....	17
FIGURA 3 – CONVERSA GRUPO SECRETO 2 .....	18
FIGURA 4 – FAKE NEWS SOBRE DILMA .....	25, 43
FIGURA 5 – 10.OUT.1988 – DILMA ROUSSEF .....	25
FIGURA 6 – FAKE NEWS SOBRE MIRIAM LEITÃO .....	26, 44
FIGURA 7 – FAKE NEWS SORE MIRIAM LEITÃO COM ARMA .....	28, 44
FIGURA 8 – FAKE NEWS SOBRE MARIA AMÉLIA .....	29, 46
FIGURA 9 – ANA MACIEL – ESPAÇO TERAPÊUTICO “DESPERTAR DO SER” .....	36
FIGURA 10 – GRUPO “PSICOLOGIA ENSINA” .....	37
FIGURA 11 – PERFIL DO FACEBOOK .....	37
FIGURA 12 – GRUPO “PSICOLOGIA ENSINA” 2 .....	38
FIGURA 13 – CARTILHA DO MINISTERIO DA SAÚDE .....	39
FIGURA 14 – RELATÓRIO DO BRASIL NUNCA MAIS .....	45

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: RELATÓRIO DE ESTATÍSTICA DO DOI-CODI/II EXERCITO. DEZEMBRO DE 1974.....	32
TABELA 2: POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À ACUSAÇÃO (DENUNCIADOS).....	53
TABELA 3: CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO ATINGIDA POR FAIXA ETÁRIA (DENUNCIADOS + INDICIADOS + TESTEMUNHAS + DECLARANTES). ....	54
TABELA 4: CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO ATINGIDA POR SEXO (DENUNCIADOS + INDICIADOS + TESTEMUNHAS + DECLARANTES) .....	54
TABELA 5: CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO ATINGIDA POR GRAU DE INSTRUÇÃO (DENUNCIADOS + INDICIADOS + TESTEMUNHAS + DECLARANTES) .....	55
TABELA 6: POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO A ANTECEDENTES (DENUNCIADOS).....	55
TABELA 7: CARACTERIZAÇÃO DOS TORTURADOS POR SEXO E FAIXA ETÁRIA <b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b> 6	
TABELA 8: TIPOS DE TORTURA (CÓDIGO EXTENSIVO) E TOTAL DE DENÚNCIAS <b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b> 7	

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A INFLUÊNCIA DAS NOTÍCIAS FALSAS NA INTERNET.....	10
2.1 As Fake news sobre o período da ditadura civil-militar brasileira.....	23
3. <i>AS FAKE NEWS</i> COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO EM SALA DE AULA....	33
4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA .....	34
4.1 Aula 1 .....	34
4.2 Aula 2 .....	40
4.3 Aula 3 .....	48
5. CONCLUSÃO .....	58
6. FONTES .....	60
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como ponto de partida questionamentos que vêm surgindo a partir de minha experiência como educadora em sala de aula, muitos dos quais baseados na percepção sobre o vigoroso aumento da desinformação no que se refere à circulação de informações históricas na internet sobre o tema do Golpe de 1964 e a Ditadura Civil-Militar de 1964-1985. Tal processo é caracterizado pela desqualificação da fala do professor(a) e do historiador(a), profissionais qualificados para a pesquisa e o ensino dessa e de outras temáticas de natureza histórica.

No período eleitoral de 2018, a principal forma de desinformação era desqualificar os opositores de Jair Bolsonaro, então candidato à presidência da República, na corrida eleitoral, bem como todos aqueles que integram o campo democrático. É o caso da jornalista Miriam Leitão, por exemplo. Por participar do processo eleitoral realizando entrevistas com os candidatos, e por se posicionar contra os argumentos autoritários de Bolsonaro, especialmente seu elogio à Ditadura Civil-militar brasileira (1964-1985), ela sofreu com a veiculação de notícias falsas que as acusavam de haver cometido crimes durante a ditadura, assim como foi vítima de tentativas que buscavam desqualificar seu depoimento contra as torturas que havia sofrido no período em que foi detida pelos militares.

A frieza com que se tratava – e ainda se trata – nos diversos espaços da esfera pública, os crimes cometidos contra os direitos humanos por agentes do Estado brasileiro durante a ditadura, alicerçada, em grande medida, na responsabilização das vítimas, me causou, e me causa, muitas inquietações e indignação. Mesmo aqueles que pouco se informavam sobre esse período sombrio da história do Brasil justificavam os crimes cometidos como se fossem em prol de um ideal maior, “para que o Brasil não fosse uma nova Cuba”, sendo esse argumento insuficiente diante dos fatos históricos.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho tem como objetivo prioritário contribuir para o adensamento sobre reflexão acerca das estratégias didáticas a serem incorporadas em sala de aula no tocante a essa temática, de maneira que o aluno venha a ser dotado das ferramentas (ARNS,1985) necessárias para a compreensão não apenas do contexto da época em que foi dado o golpe de Estado que solapou a então frágil democracia liberal brasileira, como também, e, principalmente, para que se possa defender das deletérias consequências geradas pelo fenômeno da desinformação para o debate sobre o conhecimento histórico, intrinsecamente associado ao avanço das redes sociais em âmbito global.

No início do trabalho será realizada análise sobre o impacto da internet em nossa vida cotidiana (CHAUÍ, 2019). Ainda que seja um meio que nos permite o acesso a informações que antes dependiam de longas pesquisas em bibliotecas e arquivos, também é inegável a crescente atuação de grupos cada vez mais articulados, vinculados a setores de extrema direita, que vêm minando o campo do debate público. No limite, tal atuação tem se revelado influente o suficiente para interferir até mesmo no jogo eleitoral, assim como na tomada de decisões por parte de governos da direita radical, que é o foco deste projeto.

Recentemente, tal interferência pôde ser atestada nos processos eleitorais de diversos países, a exemplo da eleição que elegeu Donald Trump presidente dos EUA em 2016. A assessoria de Trump foi denunciada por utilizar dados sigilosos do Facebook para conhecer os perfis sociais de cada região e programar uma propaganda direcionada a cada um deles. Ou seja, aparentemente a internet tem uma função democrática, mas por ser controlada por alguns grupos como *Facebook*, ela se utiliza das informações que possui sobre cada usuário para fortalecer monopólios. Parte do interesse está em ampliar os compartilhamentos e o uso das redes sociais, que geram mais financiamentos, propagandas e influência sobre a população; além de reger o funcionamento da sociedade em prol do lucro e do acúmulo de capital para grupos que já possuem grandes fortunas.

Após sofrer denúncias por haver contribuído para o aumento da circulação das *Fake News* no universo digital, o Facebook anunciou a criação de ferramentas e atualizações do seu sistema com o propósito de ajudar no combate à disseminação da desinformação (DELMAZO; VALENTE, 2018), começando por bloquear perfis que divulgam esse tipo de conteúdo e parcerias com grupos *defact checkers*. Quando uma publicação é checada e considerada falsa logo abaixo aparece um link que a contrapõe. Infelizmente esse link não impede que ela seja compartilhada, o que atesta os limites de estratégias de ação como essa.

Uma nova forma de divulgar verificações nas redes sociais tem sido usada pelo perfil do *Instagram* do jornal O Estado de São Paulo. Funciona da seguinte maneira: o perfil publica nos *stories* um assunto que está circulando na internet e deixa uma enquete para que o usuário responda se, na sua concepção, aquele conteúdo é verdadeiro ou falso; no *story* seguinte tem a resposta e um *link* que direciona para uma página com detalhes da checagem. Esse material fica salvo nos destaques do perfil e pode ser acessado a qualquer momento.

Aqui no Brasil as redes sociais também tiveram um impacto gigantesco nas eleições de 2018, que sagrou Jair Bolsonaro (que pertencia ao PSL, mas atualmente não tem partido)

presidente da república. No período eleitoral, a esfera digital se transformou no espaço por excelência para a disseminação das *fake news*. Uma fração considerável dos perfis que compartilhavam esses materiais nas redes sociais era composta por robôs, cujo uso visava amplificar o alcance da (des) informação (MELLO, 2020). Como parte dessa estratégia, a campanha de Bolsonaro, com a ajuda de seus apoiadores e financiadores, promoveu, em diversos momentos, postagens elogiosas aos governos do período ditatorial comandado pelos militares.

Ainda que todo o campo democrático do país, à direita e à esquerda, fosse o inimigo a ser combatido por essa campanha, que se mantém, o alvo preferencial fora a chapa comandada por Fernando Haddad. Candidato pelo PT<sup>12</sup> (Partidos dos Trabalhadores), partido de centro-esquerda que reúne muitos daqueles que foram perseguidos durante a ditadura, incluindo a ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), Haddad representa especialmente o campo democrático que vem sendo tratado como inimigo do país pela extrema direita brasileira comandada por Jair Bolsonaro.

Figuras públicas críticas do período ditatorial se tornaram, assim, alvos frequentes das calúnias e difamações veiculadas nas redes sociais. O objetivo desse campo autoritário tem sido criar uma ideia positivada da ditadura, e assim marginalizar quem se opôs a ela, no presente e no passado. Ou seja, o alvo é o Estado de direito, as instituições democráticas e as liberdades individuais.

Essa nova direita (CARAPANÃ, 2018), que apoiou a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, atacava com notícias falsas aqueles que se dispusessem a confrontar seu projeto autoritário, como ocorrido com a jornalista Miriam Leitão, a ex-militante Maria Amélia e a ex-presidenta Dilma Rousseff. As *fakes news* contra elas as acusavam de uma série de crimes sem provas como uma maneira de justificar as torturas praticadas pelos militares.

Há investigações sobre grupos de apoiadores de Bolsonaro e membros da sua campanha que usaram o *Whatsapp* para criar e compartilhar *fake news*. Algumas pessoas, que até então eram apoiadores de Bolsonaro, como o deputado Alexandre Frota (antigo PSL, atual PSDB) e a deputada Joice Hasselmann (PSL), e que agora fazem tímida oposição ao presidente, prestaram depoimento para a CPI das *fake news* apresentando *prints* das conversas desses grupos, onde demonstram que havia uma escala entre os membros do grupo para a criação e divulgação de conteúdo *fake* e difamatório.

Deputados que na eleição de 2018 atuaram para eleger Bolsonaro presidente como

ativos partícipes da sua campanha eleitoral. No entanto, a partir do momento em que foram para a oposição, tornaram-se alvo da mesma estratégia criminosa que antes contribuíram ativamente para estabelecer. Um dos acusados por Joice Hasselman (deputada federal pelo PSL-SP) de liderar tais grupos é o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho de Jair Bolsonaro.

Sobre a ditadura, além dessa tentativa de justificar os crimes cometidos na época, há também um discurso negacionista, que afirma não ter ocorrido torturas e prisões arbitrárias, e que só eram perseguidos aqueles que cometiam crimes contra os interesses nacionais. Nos últimos dois anos, o discurso negacionista, alimentado pelo atual ocupante do Palácio do Planalto, atingiu diferentes áreas da vida do país, levando-nos, cada vez mais, a ter que reafirmar obviedades. Ainda que os defensores da Terra plana tenham conquistado inéditabilidade, é no campo médico-científico onde as consequências de tal postura se fazem sentir de maneira mais dramática.

Em tempos de pandemia ainda se faz necessário defender a eficácia de vacinas e a seriedade das pesquisas científicas sobre elas, não só contra a COVID-19, como também no controle de tantas enfermidades que já haviam sido erradicadas em território nacional, e que nos últimos anos voltaram a aparecer muito por conta de indivíduos que negam a ciência e decidem não se vacinar ou a seus filhos. Esses discursos chegam à sala de aula como confronto ao conteúdo ensinado, tentando assim levar ao descrédito o professor e todo o campo científico-pedagógico que estrutura as estratégias de ensino-aprendizagem.

Para contrapor esses dois tipos de discursos positivados sobre a ditadura, o projeto pedagógico apresentado neste trabalho utiliza como fonte o material elaborado pelo já histórico e fundamental projeto “Brasil Nunca Mais” (ARNS, 1985). Dessa forma, os alunos poderão analisar casos concretos através das informações produzidas pelos próprios aparelhos da burocracia estatal ditatorial – especialmente processos criminais movidos contra perseguidos -, que não podem ser considerados falsos ou tendenciosos.

## 2. A INFLUÊNCIA DA NOTÍCIAS FALSAS NA INTERNET

Neste capítulo buscarei desenvolver uma reflexão sobre um fenômeno que vem se destacando no universo digital brasileiro, as chamadas “*fake news*” sobre o período da Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Produzidas e veiculadas em massa nas redes sociais, especialmente a partir do processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (2016), a prática se avolumou durante o período eleitoral de 2018. Tal fenômeno vem causando um grande impacto nas aulas que abordam esse período sombrio de nossa história, pois ao entrar em contato com esse material, uma fração do alunado passou a questionar a legitimidade da fala do professor, desconsiderando a sua formação acadêmica, ou mesmo a culpando pela adoção de uma abordagem crítica da ditadura tida como “esquerdista” e enviesada. Logo, neste capítulo buscaremos compreender melhor as causas desse fenômeno e seus agravantes políticos e sociais.

No mundo contemporâneo, notícias sobre temas diversos são publicados o tempo todo e a sociedade busca sempre se informar sobre as questões pulsantes do momento. Para atender a essa demanda e estar sempre à frente na corrida pela notícia, os veículos produtores de informação, especialmente aqueles atuantes no meio digital, pouco prezam pela precisão dos fatos. Inicialmente costuma-se lançar uma manchete que chame atenção e conforme se chega a informações mais detalhadas atualiza-se as páginas dos sites. Nessa disputa sobre quem publica primeiro, notícias não comprovadas, e muitas vezes falsas, são publicadas sem responsabilidade.

Essa pressa em “contar a notícia primeiro” perpassa a disputa empresarial em torno da matéria - não é uma novidade - e sempre fora um ingrediente da disputa mercadológica envolvendo os veículos jornalísticos mantidos pelas grandes empresas do setor. Nesse sentido, erros, mentiras, falsificações e tentativas mais sofisticadas de manipulação não são bem uma novidade no campo do mercado de notícias. Assim como é evidente que a chamada mídia empresarial produz um jornalismo pouco plural, profundamente pautado pela defesa de teses compartilhadas pelos setores mais organizados do capital, cujo programa neoliberal busca radicalizar.

Nas redes sociais, no entanto, afora o compartilhamento de material jornalístico produzido por empresas profissionais do meio, tem-se a novidade da incorporação do próprio usuário como produtor. Para além da publicização da vida privada, produziu-se a massificação

da participação dos usuários em temas de interesse público, coletivo. E com isso, a adoção de estratégias para alavancar a audiência por parte das novas gigantes do setor de mídia, mantenedoras das redes sociais. Com isso, tem-se uma nova realidade onde muitas dessas publicações ganham essas novas arenas da comunicação digital sem a devida checagem, sem se verificar a origem e a veracidade do conteúdo publicado, o que multiplica e amplifica as mentiras, a desinformação. O jornalista Eugênio Bucci defende que:

(...) as fake news simulam uma linguagem jornalística, às vezes adotam o jargão e os cacoetes de uma reportagem profissional em vídeo, áudio ou texto, mas são outra coisa. Elas se fazem passar por jornalismo sem ser jornalismo. São news falsificadas, mais ou menos como existem as notas de dólar falsificadas. A sua origem é desconhecida. Impossível encontrar o autor. Impossível ter com quem reclamar sobre seu conteúdo. (BUCCI, 2019, p. 38)

Pela dificuldade de se encontrar a origem das *fake news* elas se tornam mais numerosas, pois não há cobrança quanto à responsabilidade de quem a produz. E quando compartilhada por pessoas consideradas confiáveis ela é ainda mais eficaz no seu objetivo de espalhar a desinformação, como afirmam as pesquisadoras Fernanda Bruno e Tatiana Roque no texto “*A ponta de um iceberg de desconfiança*”, onde elas destacam o papel relevante de quem repassa a mensagem falsa em grupos de afinidade, pois, se tratando de um conhecido, as pessoas confiam, sem muitos critérios, na informação (BRUNO; ROQUE, 2019). Ou seja, a responsabilidade deve ser cobrada não somente de quem cria a notícia falsa, mas também de quem compartilha sem verificar, pois se cria um efeito dominó de desinformação, atingindo cada vez mais pessoas.

Um exemplo dessa precipitação na hora de publicar uma informação que gera a “*fake news*” aconteceu recentemente com o apresentador Gugu Liberato. Ele sofreu um acidente doméstico nos Estados Unidos e foi internado em estado grave. De imediato, muitos sites de notícias já estavam anunciando a sua morte, algo que não havia sido confirmado por nenhum familiar e nem pelo hospital. Pessoas famosas também chegaram a publicar em suas redes sociais lamentos sobre o ocorrido (morte). Logo quando a família desmentiu as informações, muitas dessas notícias foram apagadas ou editadas, o que antes era “luto” passou a ser “vibrações positivas”, “orações”, etc. Dois dias depois do acidente, o artista infelizmente entrou em óbito e a notícia apareceu novamente com destaque nas redes sociais.

Esses exemplos evidenciam que o avanço da internet tem o poder de impactar o comportamento dos indivíduos e as relações sociais, como se verifica no exemplo acima, onde

usuários se anteciparam, não respeitando um drama familiar delicado. A internet nos trouxe inúmeras facilidades, mas não veio acompanhada da responsabilidade necessária para seu uso e se tornou uma ferramenta de influência ilimitada em nossas vidas.

Nos dias atuais tem-se a impressão de que temos acesso e o controle de tudo por causa da velocidade com que as novidades chegam, mas não é bem assim. A internet nos deu autonomia para procurar informações sobre temas de nosso interesse. Quanto às notícias sobre o Brasil e o mundo, que há pouco tempo eram quase exclusivamente produzidas pela imprensa e mídia televisiva, cresce de maneira vertiginosa o consumo via internet e redes sociais. Se por um lado o mundo digital permitiu uma saudável diversificação social dos agentes produtores da notícia e informação, fenômeno que vem causando a perda de prestígio e audiência dos veículos historicamente vinculados aos grandes conglomerados empresariais da comunicação no país e no mundo, por outro, este fenômeno garante que qualquer pessoa venha a produzir o conteúdo que quiser e publicar na rede, o que abre brecha para que as *fake news* sejam produzidas, muitas vezes através de perfis anônimos, sem exigir qualquer tipo de responsabilidade de quem produz.

A filósofa Marilena Chauí, em seu artigo no livro *Poder midiático e disputas ideológicas* (MORAES, 2019); explica esse papel democrático da internet, de como ela pode vir a enfraquecer as narrativas construídas pelos veículos da chamada mídia hegemônica acerca de temas variados, mas faz a ressalva de que os usuários invariavelmente não dominam a ferramenta midiática como acreditam e muitas vezes são dominados pelo que ela oferece, e corriqueiramente acabam por confiar em notícias falsas achando que estão bem informados. Na falta do senso crítico muitos acreditam em tudo que recebem através dela, por mais absurdo que seja. Um problema que apenas atualiza outro fenômeno de longa duração, a saber, a ausência quase completa de uma educação escolar que capacite nossos alunos a ler criticamente os conteúdos produzidos pelos diversos veículos de mídia, novos e/ou antigos.

Além da falta de senso crítico e do pouco instrumental para “ler” os produtos midiáticos, que capacitaria a cidadania a detectar o mal jornalismo e a manipulação mais rasteira, e mesmo a mais sofisticada, muitos internautas acabam por expressar suas opiniões pessoais desconsiderando o conhecimento científico e passam a relativizar fatos históricos, mesmo que sejam evidentes as incongruências presentes em muitas das postagens que circulam nas redes sociais. O jornalista e sociólogo Ignácio Ramonet trabalha com o conceito de *pós-verdade* para explicar esse tipo de pensamento que é justificado pela opinião. A pós verdade “é

uma verdade não racional, ou verdade alternativa: você tem a sua verdade, e eu tenho a minha” (RAMONET, 2019, p. 123). Ou seja, nesse caso, não importa se a informação é falsa, mas sim a predisposição do indivíduo com as teses formuladas pelo campo político-ideológico que se identifica. Pela irresponsabilidade de uns e a má intenção de outros, a desinformação se espalha na internet de maneira desenfreada.

O autor usa outro importante conceito em um de seus textos (RAMONET, 2019) quando cita uma fala da chanceler alemã, Angela Merkel, onde ela diz que vivemos em tempos *pós factuais*. Em tempos pós factuais o que importa não são mais os fatos e sim o sentimento que as notícias falsas fazem emergir nos indivíduos. Quando uma notícia falsa é publicada e compartilhada, uma manipulação está sendo feita em prol de algo. Quem cria as *fake news* tem uma intenção, e normalmente chega ao êxito mesmo depois de comprovada sua falsidade, pois já gerou um sentimento no público que não será mudado. Então não importa se a notícia era falsa, pois após a sua propagação ela já alcançou o seu objetivo através da sensação que causou em quem a recebeu como verdade. É um efeito mais devastador do que poderíamos supor, com risco de ser irreversível caso tal prática não seja coibida a partir de mecanismos democráticos.

Devemos ter em mente que as disputas ideológicas também estão nos meios digitais e atuam através das grandes empresas tecnológicas como Facebook, Whatsapp e Google, por exemplo. Elas detêm informações sobre nossas preferências, relações de amizade e família, localizações, conversas privadas, pesquisas, atividades, etc. São ferramentas que facilitam a nossa vida abreviando as distâncias ao dar praticidade à comunicação e agilizando nossas pesquisas sobre todo tipo de saber, mas que ao mesmo tempo enseja a gestação de oligopólios comunicacionais e midiáticos jamais imaginados. A extensão da atuação dessas empresas na economia global é tão poderosa que a análise sobre os impactos sociais mais amplos apenas se inicia. Uma das consequências mais evidentes dessa nova era é, sem dúvida, a mudança verificável na maneira como se tem produzido o debate público e as eleições ao redor do mundo.

Até que ponto conseguimos manter nossa privacidade quando usamos esse tipo de ferramenta tecnológica, que se tornou necessária? Essas empresas de inteligência possuem mais dados privados nossos do que lhes fornecemos conscientemente e estão envolvidas nas nossas atividades cotidianas, nas nossas relações e atitudes.

O documentário “Privacidade Hackeada” produzido pela Netflix mostra, através de investigação sobre a atuação da empresa Cambridge Analytica nas eleições presidenciais dos EUA de 2016, que nossos dados estão mais expostos do que imaginávamos. As denúncias

revelaram um poderoso esquema ilegal capitaneado pela empresa Cambridge Analytica, responsável pelas estratégias da campanha eleitoral do então candidato Donald Trump. A empresa usou dados do Facebook de milhões de usuários para traçar estratégias sob medidas para a campanha de Trump de acordo com os perfis selecionados e com isso atingir um número maior de pessoas.

O Facebook puniu a empresa banindo-a da rede social, alegando desconhecimento das ações, mas posteriormente circulou a informação de que o próprio Facebook não era inocente sobre o vazamento de dados dos usuários, e que não zelou pela proteção deles. E assim como ocorreu com essa empresa, vemos que as demais prezam somente pelos seus próprios interesses mercadológicos. Ou seja, a internet destrói alguns monopólios anteriores a ela, mas constrói outros.

No Brasil, após as eleições de 2018, houve denúncias de que uma rede de robôs espalhava *fake news* e outras mensagens deturpadas durante o período eleitoral através do aplicativo Whatsapp. Grupos de conversa criados por apoiadores do então candidato Jair Bolsonaro eram responsáveis por compartilhar notícias falsas contra os seus opositores. As investigações levantaram suspeitas de que se tratava de robôs por causa da velocidade com que as mensagens eram repassadas. Ao menos uma conta chegou a compartilhar 14 mensagens diferentes em apenas 30 segundos.

A maioria dos números usados para compartilhar *fake news* eram bloqueados para receber chamadas, embora funcionasse no aplicativo. E mesmo após o término das eleições há

indícios de que esses grupos continuam funcionando através do envio de mensagens falsas contendo assuntos relacionados à defesa incondicional do governo Bolsonaro e/ou dedicado ao ataque sistemático e criminoso a seus opositores, como se pode observar na crise ambiental derivada dos incêndios ocorridos na floresta Amazônica e as notícias falsas expostas no início do capítulo. Sobre a floresta Amazônica temos o seguinte exemplo:

**Figura 1 – PRINT ISENTÕES**



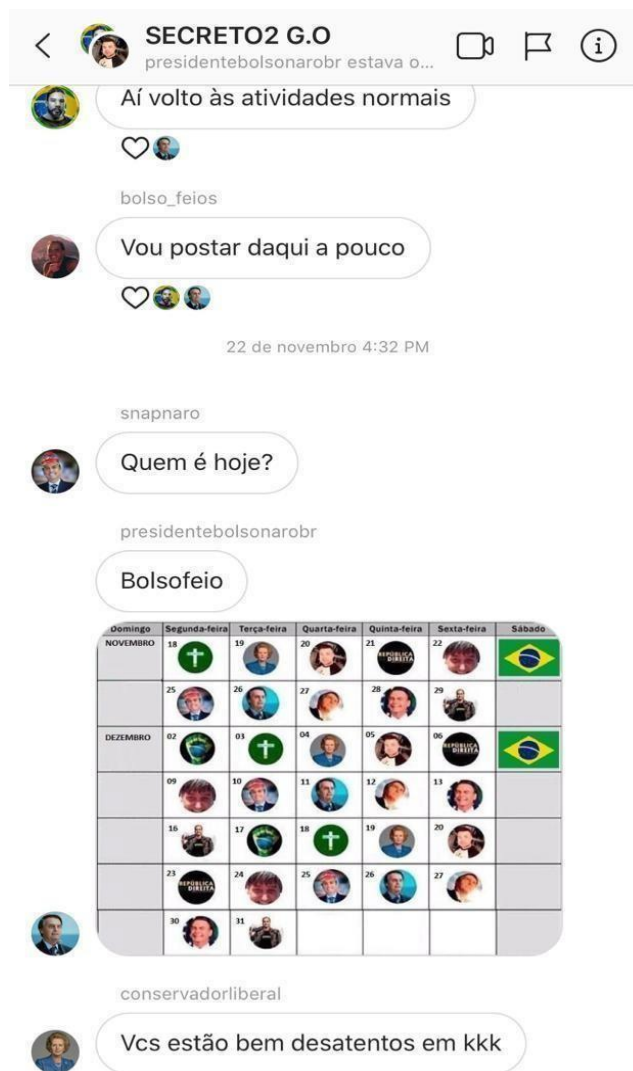
Fonte: Print Isentões, Agencia Lupa, 22 de agosto de 2019.

A publicação acima foi analisada pela Agência Lupa em 22 de agosto de 2019, que a considerou falsa, pois, apesar de trabalhar com dados oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), fez comparações de períodos diferentes, analisando os dados dos sete primeiros meses de 2019 e comparando com os anos anteriores. O perfil, nomeado de “Isentões” possui páginas no Twitter, Instagram, Facebook e Youtube com 19 mil inscritos e na capa usa a seguinte descrição: “*Nós, conservadores, somos chatos. Mas também estamos*

*certos.*”. Assim como esse perfil existem vários outros, produtores de conteúdo que declaram o objetivo de suas postagens, mas que não se identificam.

Recentemente, a deputada Joice Hasselmann (PSL), que era aliada de Jair Bolsonaro em sua campanha para a presidência, mas entrou em conflito com o filho dele, Eduardo Bolsonaro, depôs na CPMI das *fake news*. Em seu depoimento, apresentou dados privados de organizações que esquematizam os disparos de notícias falsas. A fala da deputada foi guiada por uma apresentação de Power point cujo conteúdo revelava a reprodução de conversas reunidas a partir de investigações particulares. Essas conversas ocorreriam em grupos organizados, segundo a deputada, pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSL) com perfis de páginas anônimas e de apoiadores do presidente.

**Figura 2 – CONVERSA GRUPO SECRETO**



Fonte: Depoimento de Joice Hasselmann para a CPMI da Fake News, 2019.

Figura 3 – CONVERSA GRUPO SECRETO 2



Fonte: Depoimento de Joice Hasselmann para a CPMI da Fake News, 2019.

Segundo a apresentação da deputada, existe um grupo de apoiadores do presidenteBolsonaro, intitulados por ela de “Grupo do Ódio”, que seria o responsável pela produção em massa de notícias e/ou *memes* - montagens que fazem ironias com a imagem das pessoas. A atuação desse grupo seria caracterizada pela escolha de um alvo da vez, que

a partir desse momento seria transformado em vítima das múltiplas notícias falsas e difamatórias, geralmente nomes tanto do campo oposicionista como também aqueles antigos aliados agora transformados em inimigos, caso da própria deputada Joice Hasselmann. O esquema funcionaria com um calendário, onde cada dia um perfil ficaria responsável pela publicação.

Hasselmann fez um esquema de como funcionaria a produção, publicação e expansão dos post:

**POLÍTICOS:**

- Aliados incondicionais do clã Bolsonaro;
- Seguem as instruções de Eduardo Bolsonaro;
- Ativam a militância política.

**INFLUENCIADORES:**

- Normalmente, discípulos de Olavo de Carvalho;
- Compartilham as ideias em busca de audiência;
- Servem como temática para a “bolha”.

**PUBLICADORES:**

- São pautados por políticos e influenciadores;
- Participam do “movimento de manada”;
- Muitos são perfis falsos, para dificultar responsabilização por conteúdos falsos;
- Alguns usados por assessores parlamentares

Os políticos são os produtores das mensagens, aqueles que criam o *tweet*, uma publicação ou uma imagem sobre um indivíduo ou uma organização alvo. Esses políticos são influenciados por uma linha de pensamento criada por alguém, nesse esquema temos o nome de Olavo de Carvalho, um jornalista que se auto intitula filósofo, influenciador digital e que é considerado uma espécie de guru do presidente Bolsonaro. A partir disso as publicações chegam aos publicadores, onde em muitos casos são identificados robôs, e acontece esse “efeito manada”, que é a multiplicação dessas postagens na internet, para um alcance gigantesco.

Além de Hasselmann, o deputado Alexandre Frota (PSDB-SP), que pertencia ao PSL, e hoje é filiado ao PSDB, também prestou depoimento à CPMI das fake news. Ele acusa o governo Bolsonaro de “linchar” virtualmente algumas figuras da política contrárias até mesmo pertencentes ao governo. Frota participou de toda campanha presidencial de Bolsonaro, mas foi expulso do partido após criticar publicamente o governo. Em seu depoimento ele expõe que o mesmo texto foi publicado por vários perfis em tempo muito próximo, e que esses perfis, que ele chama de robôs, possuíam muitas vezes um ou nenhum seguidor na rede social.

As disputas internas no PSL permitiram que viessem à tona os bastidores de sua estratégia eleitoral baseada na produção em massa de *fake news*. Aquelas direcionadas aos adversários políticos vêm permitindo que uma fração considerável da população acredite que medidas absurdas seriam tomadas por eles caso eleitos. Foi o caso do “kit gay”, abordado durante todo o período eleitoral. Em entrevista<sup>34</sup> ao Jornal Nacional (Rede Globo), o recém- eleito presidente Jair Bolsonaro continuou citando o tal kit:

Agora, deixo bem claro: eu ganhei o rótulo, por muito tempo, de homofóbico. Na verdade, eu fui contra a um kit feito pelo então ministro da Educação, Haddad, em 2009 para 2010, onde chegaria nas escolas um conjunto de livros, cartazes e filmes onde passariam crianças se acariciando e meninos se beijando. (BOLSONARO, 2018)

Mas na verdade o material ao qual ele se referia foi preparado por ONGs ligadas à causa LGBT no programa Brasil sem homofobia, e devido à pressão da bancada religiosa não foi aceito pelo ministério da Educação e nele não havia “crianças se acariciando e meninos se beijando”.

Outro uso frequente das *fake news* por parte da extrema-direita verifica-se na relativização dos atos de violência perpetrados pelo Estado brasileiro ao longo da Ditadura Civil-militar. Como forma de justificar as arbitrariedades cometidas pelos agentes públicos durante esse período, publicam-se informações falsas nas redes sociais acusando os militantes de esquerda, vítimas de torturas, por crimes que não cometeram. Outra narrativa comum sustenta que essas torturas não existiram ou que não foram de conhecimento dos governos militares.

Em uma entrevista dada ao programa Brasil Urgente, com o apresentador José Luiz Datena, o já eleito presidente Jair Bolsonaro negou a responsabilidade dos militares pelas torturas praticadas durante o período militar ao afirmar que:

...qualquer regime, o meu, deve ter alguém sendo torturado por aí, não pode colocar a culpa em mim. Nunca tivemos nas forças armadas uma política de Estado repressiva dessa forma que tentam o tempo todo botar em nossa conta. (BOLSONARO, 2019)

Em outro momento ele compara as ditaduras que ocorreram na mesma época, em outros países da América Latina, e diz “*Onde você viu, no mundo, uma*

*ditadura entregar para a oposição de forma pacífica o governo? Só no Brasil. Então não houve ditadura” (BOLSONARO, 2019)*

São afirmações que, apresentadas para pessoas leigas no assunto, não trazem nenhum tipo de estranheza e fazem com que a história passe a ser vista de maneira deturpada. Mas no Relatório da Comissão da Verdade, criada para apurar e dar esclarecimentos públicos sobre a violação contra os Direitos Humanos durante a Ditadura civil-militar brasileira, encontramos detalhamentos sobre como eram formados os órgãos de repressão do período, dentre eles a OBAN (Operação bandeirantes) que ficava em São Paulo, “*criada para centralizar informações de caráter subversivo em um único órgão e sob um único comando*” (CNV, 2014, p. 127), financiada por multinacionais como Ford, General Motors e o Grupo Ultra.

Não por acaso, a Oban utilizava violência extrema em suas ações. O comando da operação era do II Exército, que chefiava o Centro de Coordenação, a partir do qual se articulavam a Central de Informações, cujo titular era o chefe do Estado-Maior (EM) do II Exército, e a Central de Operações, de responsabilidade do subchefe do EM/II Exército. Nessas três coordenações distribuíam-se oficiais e agentes do II Exército e também de diversos órgãos, como a 4ª Zona Aérea (hoje denominado IV Comando Aéreo Regional – Comar), 2ª Divisão de Infantaria, Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) – DOPS/SP, Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP) e Guarda Civil – e SNI. O diretor do DOPS/SP e o chefe da agência São Paulo do SNI eram membros da Central de Informações. (CNV, 2014, p. 128).

Esse é apenas um exemplo da participação efetiva dos militares durante a ditadura. Além disso, ao afirmar que apenas no Brasil a transição do fim da ditadura foi “pacífica”, Bolsonaro erra mais uma vez, pois outras ditaduras, até mesmo na América, tiveram uma transição similar, mas nem por isso deixam de ser consideradas ditaduras. (REIS FILHO, 2015)

Essas afirmações não podem ser consideradas apenas interpretação, na medida em que buscam refutar evidências históricas comprovadas por pesquisas acadêmicas produzidas ao longo das últimas décadas nos programas de pós graduação em História das mais prestigiadas universidades do país (FICO, 2004; REIS FILHO, 2014). Uma espécie de pós verdade voltada a produzir desinformação histórica. Quando nos deparamos com esse tipo de posição sobre a ditadura civil militar brasileira entendemos como grande parte dos brasileiros passou a tolerar e relativizar as

barbaridades cometidas nessa época, com justificativas inaceitáveis.

Em muitos dos discursos podemos perceber que atrocidades são justificadas quando cometidas contra pessoas que se colocaram em oposição à ditadura, como mostraremos mais adiante nos casos da jornalista Míriam Leitão e da ex-militante do PCdoB Maria Amélia de Almeida Teles. As pessoas perderam a sensibilidade para detectar atos desumanos quando decidiram se colocar no extremo oposto daquilo que passaram a ter aversão, no caso do ódio ao Partido dos Trabalhadores e a figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa postura radical contra o PT contribuiu, dentre outras razões, para a formação de uma nova mentalidade política, que é conhecida em vários meios como “nova direita”, considerada mais radical que a tradicional direita partidária, e por isso mesmo mais conservadora, extremamente moralista, violenta, e que se caracteriza pelos ataques às instituições que compõem o Estado Democrático de Direito, notadamente o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, e aos valores mais básicos garantidores das liberdades individuais. Foi abraçada por grande parte da população, que se apega na maioria das vezes a partes diferentes das reivindicações e dificilmente a todas. Dessa forma agrega diferentes grupos, com interesses distintos.

No texto *A nova direita e a normalização do nazismo e fascismo* (CARAPANÃ, 2018), o autor que se identifica como Carapanã (codinome), identifica o crescimento dessa nova e extrema direita na América Latina como fruto “*de exaustão da Onda Rosa, na qual governos à esquerda, de caráter progressista, estiveram à frente de muitos países na região no início do século*” (CARAPANÃ, 2018, p. 34). Ele identifica que a radicalização do antipetismo deixa de lado “as ilusões de que o Judiciário poderia resolver os problemas do sistema político” e passa a “apostar nos militares como arautos da ordem”, apoiando um “suposto legado positivo da ditadura militar”. Tudo que há de corrupto no Brasil passa a ser visto como o legado de um único partido (PT) e a nova direita, formada por políticos de longa carreira aliados a outros que não tinham experiência na vida política, que se lançaram com o discurso de transformação radical, se desvinculando de tudo o que o outro partido fez, mas não se livra da estrutura política que continua sendo a mesma.

Em um trabalho de campo sobre o pensamento político das juventudes periféricas no ano de 2016, as pesquisadoras Rosana Pinheiro Machado e Lucia Mury

Scalco procuraram justificativas para o crescimento dos discursos de ódio nessas áreas mais pobres, pois são diferentes de uma região para outra. Parte desses jovens apoiava o discurso do então candidato Jair Bolsonaro, principalmente quando se tratava da segurança pública, pois apesar desses não defenderam a ditadura, como o candidato defende, “achavam importante os valores de pulso, ordem, disciplina, mão forte e autoridade neste momento de crise nacional” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO. 2018).

Esses jovens manifestaram esse pensamento, pois, como grande parte da população, percebem que a violência é um grande problema para nossa sociedade e pensavam nesses valores como solução. Ao mesmo tempo, esses entrevistados, que são moradores de periferia, se colocavam contra a postura policial nas comunidades, pois são diretamente afetados por ela. Eles apoiavam a “mão forte” defendida pelo então candidato, mas não chegavam à conclusão de que essa mão forte se voltaria contra eles mesmos.

Durante as eleições de 2018 essa extrema direita ganhou ainda mais evidência no país. Manifestavam ódio ao PT, atribuindo a ele todos os problemas sociais e políticos do país e viam na figura de Jair Bolsonaro a solução para todos eles. A postura radical do então candidato era ovacionada, e mesmo quando seus apoiadores notavam o exagero ou uma postura agressiva nos discursos, o defendem dizendo que não podia se levar tudo ao pé da letra, que ele expressa aquilo o que os outros têm medo de dizer ou que “pelo menos vamos tirar o PT”.

Esse tipo de veneração a uma figura como única solução para os problemas do Brasil fortalece um tipo de eleitorado fiel predisposto a referendar quaisquer atos do governo de extrema direita no poder, assim como suas narrativas acerca dos conflitos políticos que se sucedem desde que assumiu a presidência. Também alimentam um ódio que fere de morte a própria existência das oposições políticas. Dessa forma, a maioria do eleitorado brasileiro referendou um candidato populista de extrema direita que é tratado como um verdadeiro ídolo. Assim, os apoiadores de Bolsonaro não acharam nada demais ele reverenciar o Coronel Ustra dentro do congresso, um homem que ele mesmo reconhece como o “pavor de Dilma Rousseff”, por ter participado das sessões de tortura que ela sofreu, e citado por outros presos pelo mesmo motivo.

## 2.1 As Fake news sobre o período da ditadura civil-militar brasileira

Muitas das *fake news* compartilhadas desde o processo de Impeachment de Dilma Rousseff em 2016, e que cresceram durante as eleições de 2018, faziam referência à ditadura civil-militar brasileira, numa tentativa de negá-la, justificá-la ou até mesmo de celebrá-la. Como Dilma Rousseff participou do enfrentamento aos militares, sendo presa e torturada, alguns grupos, que mais tarde – nas eleições presidenciais de 2018 - formaram a nova direita, defendiam publicamente os crimes cometidos contra a ex presidenta como um tipo de punição pela figura criminosa que se criou durante o afastamento dela da presidência. Para sustentar a defesa ao regime que destruiu a democracia brasileira e cometeu inúmeros crimes contra os direitos humanos, prendendo arbitrariamente e torturando seus opositores, a nova direita usou de argumentos e acusações falsas sobre o período.

Para ajudar no combate às *fake news* foram criadas empresas especializadas em fact-checking (checagem de fatos), não só no Brasil, como em todo o mundo. Elas atuam vinculadas a alguns canais de notícias verificando e compartilhando as correções sobre as principais postagens da internet e seguindo indicações de seguidores para casos a serem averiguados. No Brasil, a Agência Lupa ganhou destaque nessa função e dela retiramos algumas verificações de publicações falsas sobre a ditadura e seus opositores, de onde se pode extrair quais discursos e acusações falsas foram amplamente compartilhados em defesa da ditadura.

Em muitas das publicações não são encontradas as origens ou os perfis dos autores, mas percebe-se a intenção de caluniar indivíduos que se opuseram à eleição de Jair Bolsonaro à presidência, principalmente no que tange a sua defesa do último período ditatorial do país e seus crimes. Além disso, atribuir aos governos ditatoriais melhorias sociais absolutas que contradizem as pesquisas realizadas por especialistas no assunto evidencia o quanto ignoram o inequívoco agravamento da desigualdade social e a sistemática violação dos direitos humanos perpetrada pelos aparelhos do Estado. (FICO, 2016)

Durante o processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), várias publicações na internet buscavam minar sua reputação com o objetivo de diminuir sua popularidade. A maioria dessas postagens eram *fake news* e muitas não tinham nenhuma relação com o processo de impedimento que ela estava sofrendo no Congresso Nacional. A

imagem abaixo é uma publicação falsa que, segundo a Agência Lupa, circula na internet desde 2010, mas que reapareceu durante o processo de impeachment e nas eleições de 2018. Nela vemos, ao lado de Dilma, um fuzil encostado na parede, que, segundo o texto que acompanha a imagem, teria sido roubado do exército brasileiro.

**Figura 4: Fake News sobre Dilma**



Fonte: Agencia Lupa, 6 de Agosto de 2019

**Figura 5: 10.out.1988 – Dilma Rouseff**

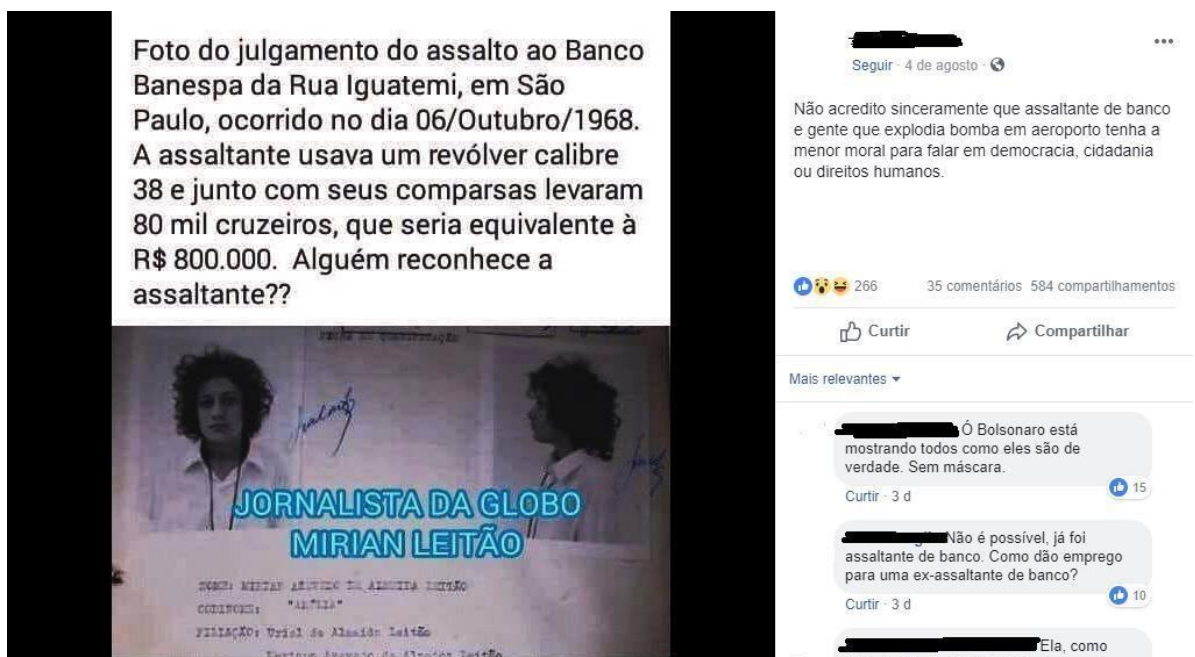


Fonte: Notícias UOL, 10 de outubro de 1988

A foto original está logo abaixo da falsa e foi registrada em 1988, quando Dilma era então secretária de Fazenda da prefeitura de Porto Alegre e foi publicada no site UOL quando a mesma foi oficializada pelo PT como pré-candidata à presidência. Ela sofreu uma grave alteração e passou a ser compartilhada por opositores da ex-presidenta.

Nas eleições presidenciais de 2018 surgiram diversas outras *fake news*, principalmente contra aqueles que se opunham ao então presidente Jair Bolsonaro. A jornalista Miriam Leitão posicionou-se contrária à posição de Bolsonaro, que sempre se colocou como defensor das forças armadas, incluindo a atuação desta durante a Ditadura, e após isso, espalharam-se pelas redes sociais várias notícias falsas a seu respeito, como as que veremos agora.

**Figura 6: Fake News Miriam Leitão**



Fonte: Agencia Lupa, 07 de agosto de 2018

Nesse primeiro exemplo, a foto de Miriam Leitão é acompanhada de um texto dizendo que ela teria sido presa por participar do assalto ao Banco Banespa, detalhando até a arma que ela supostamente teria usado e o valor que foi roubado, mas sem nenhum tipo de fonte que justificasse de onde a informação foi retirada. O site da Agência Lupa investigou e desmentiu tal publicação explicando que Miriam realmente foi presa, em 1972,

Quatro anos depois, no 38º Batalhão de Infantaria em Vila Velha, no Espírito Santo. Na época tinha 19 anos e morava em Vitória. Estava grávida de seu filho mais velho, Vladimir Netto, e ficou detida por três meses. Nesse período foi torturada, espancada e ameaçada de estupro. Em

determinada ocasião, um homem identificado como Dr. Pablo colocou uma jibóia dentro da sala e a deixou nua, sozinha com o animal.

Depois de ser solta, Miriam foi processada por participação na organização do PCdoB, à época um partido clandestino, por aliciamento de estudantes, panfletagem e pichações. Ela não foi acusada, em momento algum, de participar da luta armada ou de assalto a bancos. A jornalista foi inocentada. (LUPA, 2018)

Algumas pessoas não acreditam nos depoimentos dados por aqueles que sofreram com as torturas da ditadura e negam a existência delas. Parte dessa extrema direita que acredita na tortura que Miriam Leitão sofreu usam esse tipo de publicação falsa como justificativa para as atrocidades cometidas pela ditadura brasileira, mesmo depois de provado que essa não foi a causa da prisão. Como se fosse aceitável o uso da tortura para alcançar determinados objetivos.

A imagem abaixo é mais um exemplo desse tipo de notícia falsa, e foi compartilhada muitas vezes. Nela, Miriam Leitão estaria segurando uma arma, mas na verdade ela não está na foto e não se sabe a origem da imagem e quem são as pessoas que estão nela. O texto que acompanha ainda faz ironias dizendo que “*a inocente Miriam está segurando uma inocente furadeira*”, ou que se trata de um guarda-chuva, fazendo referência a um caso real em que a polícia matou um homem inocente no Rio de Janeiro, após confundir seu guarda-chuva com um fuzil. Além de acusar injusta e falsamente a jornalista, a publicação ainda debocha da morte de uma pessoa inocente.

**Figura 7: Fake news Miriam Leitão com Arma**

A GAROTA PROPAGANDA DA GLOBO FAZENDO PROPAGANDA DE GUARDA CHUVA !!!!! KKKKKK

a inocente MIRIAM LEITÃO segurando uma inocente FURADEIRA...



Olha aí a Miriam leitão com uma furadeira segundo ela e a rede Globo nunca pegou em arma

464 81 comentários  
4,5 mil compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Mais relevantes ▾

Bom dia para você e sua família  
Curtir · Responder · 7 h

Meu presidente Deus e contigo!!!  
Curtir · Responder · 6 h

A Foto nao e dela, eu a conheci desde adolescente ela nunca foi assim, eu nao a considero mais porque negou a FÉ, seu pai sua mae seu irmao Ulysses e Claudio Leitão e ey viajava muito com a mae dela, a dona mariana. Creio que nao precisamos de fake para poder des moraliza-la, ela ja esta humilhada ate o chão mui coisas que se diz sobre ela e mentira, e conhereis a verdade, e a verdade vos libertará...  
Curtir · Responder · 4 h

1 resposta

Bom dia a todos. E não é a Miriam leitão na imagem, abraços.

Escreva um comentário...

Fonte: Agencia Lupa, 22 de julho de 2019

Após aparecer na campanha de Fernando Haddad (PT) à presidência em 2018 contando o que passou durante a ditadura civil Militar, Maria Amélia de Almeida Teles, que durante a esse período era militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), também se tornou alvo de *fake news*. Sua foto foi compartilhada com um texto que a acusava de ter esquartejado e matado militares durante a ditadura. Outra tentativa de justificar as torturas pelas quais ela havia sofrido.

**Figura 8: Fake News Maria Amélia**



Fonte: Agencia Lupa, 23 de outubro de 2018.

Nesse print da postagem vemos que a imagem já tinha sido compartilhada 72.523 vezes, mas as acusações apresentadas não são verdadeiras. Amélia e seu marido foram presos e torturados por militares pelo PCdoB e geriram uma gráfica do partido durante a ditadura. Além disso, em nenhum documento oficial referente à sua prisão há a acusação por assassinato. Ao contrário do que muitos defensores da ditadura afirmam, quem sofreu com o regime não foi apenas o reduzido grupo que se engajou na luta armada, como são taxados os opositores, mas qualquer um que os órgãos de repressão julgassem ter envolvimento com a oposição, seja por vínculo familiar, aluguel de imóvel, venda de livros, etc.; qualquer pessoa podia ser presa arbitrariamente, torturada e/ou morta, sem ter ao menos o direito à defesa.

Em depoimento ao Memorial da Resistência de São Paulo, *uma instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade)*. Maria Amélia detalhou o que sofreu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), que ficava em São Paulo, e que seus filhos, ainda crianças, também foram presos para verem a situação em que os pais se encontravam após os castigos (TELES, 2016). Maria Amélia cita o comandante Brillante Ustra, reverenciado pelo presidente Bolsonaro, como seu algoz, o

que gerou ainda mais ataques por parte dos apoiadores do presidente.

A extrema direita tenta desvincular as atrocidades da ditadura do corpo militar, como defendeu Olavo de Carvalho, o guru de Bolsonaro, em entrevista ao programa de Pedro Bial, na rede Globo. Nessa entrevista ele afirmou que “A derrubada do João Goulart foi obra exclusivamente da classe política, dos governadores e do Congresso”, algo totalmente inverídico segundo os resultados de todas as pesquisas acadêmicas realizadas, em que se confirma a participação militar tanto antes, no processo de articulação do Golpe Civil-Militar de 1964, como durante a ditadura (REIS FILHO, 2015). Mas ao mesmo tempo o presidente dá honras às forças armadas pelo seu papel durante o período que eles chamam de “Revolução” (1964-1985). Ou seja, para receber honras pela democracia que temos hoje é relevante associar as forças armadas, mas para assumir os crimes contra os Direitos Humanos, não.

Ficou tão comum relativizar a ditadura que o filho do presidente, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL) declarou, em recente entrevista, que seria necessário impor ao país um novo AI-5, caso os conflitos sociais explodissem nas ruas, à maneira chilena. Ou seja, a experiência que tivemos não foi traumática o suficiente para se abominar atitudes como essa de se cogitar fechar o congresso e estabelecer diversas ações antidemocráticas se o governo sentir que a oposição está crescendo.

Além de atingir diretamente indivíduos que se opõem à ditadura, as *fake news* buscam um revisionismo histórico para negar os crimes cometidos na época por agentes do Estado e a participação de diferentes grupos na imposição do regime. Muitos *memes* e publicações defendem uma isenção do setor militar, e mesmo de grandes empresas, a despeito da infinidade de documentos e depoimentos que provam o financiamento e a participação de

grandes empresas da época na manutenção e legitimação do regime de exceção, como mostra o documentário *O dia que durou 21 anos*, dirigido por Camilo Tavares (lançado em 2013).

Em seu livro, *1964: A conquista do Estado* (DREIFUSS, 1981) René Armand Dreifuss defendeu que o golpe contou com a participação de diferentes grupos da sociedade brasileira, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O IPES, criado e composto por grandes empresários, organizava reuniões e atos contra o então presidente João Goulart, enquanto o IBAD agia apoiado, dentre outros grupos, pela CIA, para desarticular organizações de esquerda e movimentos estudantis.

Além disso, o IBAD atuava diretamente no financiamento de políticos da oposição com vistas a eleger opositores no parlamento como meio de enfraquecer o governo Goulart.(DREIFUSS, 1981)

Articulados juntos às instituições do campo da sociedade civil-empresarial de feição golpista, como demonstrado por Dreifuss com o IPES e o IBAD, setores golpistas das forças armadas, compartilhando e referendando as teses mais gerais da política externa do governo estadunidense, agiram com o intuito de demover, à força, o governo democraticamente eleito de João Goulart (PTB). Nem todos tinham o mesmo objetivo para o futuro após o golpe, muitos desejavam que o governo de exceção fosse menos duradouro, mas independente das divergências internas nos círculos militares quanto às pretensões futuras, todos colaboraram de alguma forma para que ele fosse estabelecido. Essas conclusões apenas foram possíveis após acúmulo de pesquisas no campo do conhecimento histórico, e podem ser comprovadas, diferentemente das narrativas geradoras das *fake news* que não possuem nenhum fundamento histórico.

Há também uma tentativa de negar os crimes de tortura praticados pelos militares, mas o fato é amplamente documentado não só por instituições de memória, como o já citado Memorial da Resistência ou a Comissão Nacional da Verdade, mas também por depoimentos e documentos produzidos pelos próprios militares. O documento abaixo foi retirado do site *Documentos Revelados*, organizado pelo jornalista Aluizio Palmar, onde são armazenados diversos registros sobre a ditadura militar brasileira de 1964. Trata-se de um relatório confidencial do DOI-CODI, onde podemos ver a relação de presos, depoentes, liberados e mortos durante os meses de novembro e dezembro de 1974.

Tabela 1: **RELATÓRIO DE ESTATÍSTICA DO DOI-CODI/II EXERCITO. DEZEMBRO DE 1974**

- C O N F I D E N C I A L -

(Continuação do R P I Nº 12/74, do II Exército) - Fls <sup>60</sup> 40

- RELATÓRIO DE ESTATÍSTICA DO DOI / CODI / II EX -

- MÊS DE DEZEMBRO DE 1974 -

D I S C R I M I N A Ç Ã O	M O V I M E N T O		
	ATÉ 30 NOV 74	MÊS DE DEZ/74	TOTAL DE 31 DEZ 74
a) presos pelo DOI	2.128	20	2.148
- encaminhados ao DOPS	775	03	778
- encaminhados a outros órgãos	191	-	191
- liberados	1.107	16	1.123
- mortos	47	-	47
- evadiram-se	01	-	01
b) recebidos de outros órgãos	794	01	795
- encaminhados ao DOPS	296	-	296
- encaminhados a outros órgãos	295	-	295
- liberados	198	01	199
- evadiram-se	02	-	02
- mortos	03	-	03
c) Elementos que prestaram declarações e foram liberados	3.262	14	3.276
d) Elementos que estiveram no DOI e não prestaram declarações	136	-	136

Fonte: Documentos Revelados, 2019.

Podemos observar nesse relatório que havia um número muito grande de prisões pelo DOI-CODI, mas que também existiam movimentações de presos entre os órgãos de repressão, como é citado no documento do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Outra informação muito relevante que o documento nos traz é que pelo DOI-CODI foram contabilizadas 50 mortes até novembro de 1974, sendo essas de presos do DOI ou que foram transferidos para lá, ou seja, um número considerável de mortes dentro das próprias instalações militares.

Por fim, além dessas informações, a tabela do relatório nos informa que 136 pessoas foram presas e liberadas sem nem prestar declarações, sendo talvez indivíduos que

não acrescentariam informações para as operações militares que visavam acabar com as organizações de oposição à ditadura. Não há como negar o que é comprovado e assumido por parte da força militar. Por mais que se tente, crimes contra os direitos humanos não tem justificativa, e nem prescrevem, principalmente quando praticados por quem deveria assegurá-los.

O atual presidente Jair Bolsonaro faz fortes críticas aos livros didáticos utilizados pelas escolas, pois segundo ele, são doutrinadores e mentirosos, têm muita coisa escrita e devem ser “suavizados”. Livros didáticos são frutos de pesquisas acadêmicas e não de opiniões. Negar o passado histórico e criminoso do nosso país é dar brecha para relativização, para que essas atrocidades voltem a acontecer. O ensino da história em sala de aula tem um papel fundamental em desfazer o efeito das *fake news* e aguçar o senso crítico da classe não só com relação à ditadura, mas sobre tudo o que acontece em nossa sociedade, para que tenhamos um posicionamento efetivo contra crimes que atingem principalmente as classes financeiramente mais baixas e desfavorecidas.

### 3. AS *FAKE NEWS* COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO EM SALA DE AULA

Por se tratar de uma história recente, a ditadura civil-militar é um tema bastante sensível que lida com feridas ainda abertas, por memórias latentes construídas por diferentes grupos, que estão em conflito. Não é como outros assuntos, onde o professor (pesquisador) utiliza de uma historiografia única sobre o período (GASPAROTTO; PADRÓS, 2010). Nesse sentido, o ensino de história tem um papel fundamental de estimular o pensamento crítico acerca dos diferentes discursos existentes hoje em contraponto com aquilo que é factual e documentado.

Devido a forte influência da internet em nossa sociedade, fica evidente a necessidade de incorporar materiais voltados para a *desinformação* como ferramenta didática em sala de aula. Por isso, a sequência didática a seguir busca propõe levar para dentro da sala de aula imagens e materiais que já fazem parte da vivência cotidiana dos alunos, na tentativa de que haja uma aproximação deles com tema sensível do nosso passado recente.

É fundamental que o aluno aprenda a enxergar por detrás da mídia e das ferramentas tecnológicas suas intenções ideológicas. “É importante aprender a interpretar a cultura da mídia politicamente, a fim de decodificar suas mensagens ideológicas” (CASTRO, 2010)

## 4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA

### 4.1 AULA 1

**Tema:**

Fake News, seu meio e sua divulgação.

**Ano:**

3ª série do Ensino Médio

**Objetivos**

Objetivos Cognitivos:

- Identificar onde são publicadas e compartilhadas as *Fake News*.
- Quem são os administradores dessas redes.
- Como o anonimato contribui para a maior propagação das *Fake News*.
- Com quais objetivos são produzidas e compartilhadas.

Objetivo Atitudinal:

- Despertar no aluno um olhar crítico sobre as diversas informações que consome, principalmente aquelas oriundas da internet.

Conteúdos:

- Análise do papel da internet na sociedade e de seu poder de influência sobre ela.
- Debate sobre o monopólio exercido por grandes empresas nesse ambiente tecnológico, através do texto da Marilena Chauí.

**Metodologia**

Primeiramente os alunos terão acesso a exemplos de Fake News atuais, sobre a pandemia do COVID-19 selecionadas pelo professor, e também terão disponível a cartilha feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que esclarece dúvidas sobre o assunto. Com esses dois tipos de materiais em mãos eles responderão o roteiro abaixo. As respostas serão compartilhadas e debatidas em sala de aula.

Após essa atividade de reconhecimento, será feita a leitura e o debate de parte do texto “Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder”, da filósofa Marilena Chauí,

que aborda a aparente democratização da internet e seu monopólio que as empresas de internet possuem sobre as informações disponibilizadas consciente ou inconscientemente por seus usuários.

#### Roteiro I:

- Por que esse material é considerado uma *Fake News*?
- Em qual site ou aplicativo foi encontrada essa *Fake News*?
- Quem os administra?
- É fácil identificar quem produziu a *Fake News*? Por quê?
- Qual (ais) seria(m) seu(s) objetivo(s) ao produzir e compartilhar essa informação?
- Quais problemas esse tipo de desinformação pode causar?
- Por que a internet é o meio principal por onde circulam as *Fake News*?

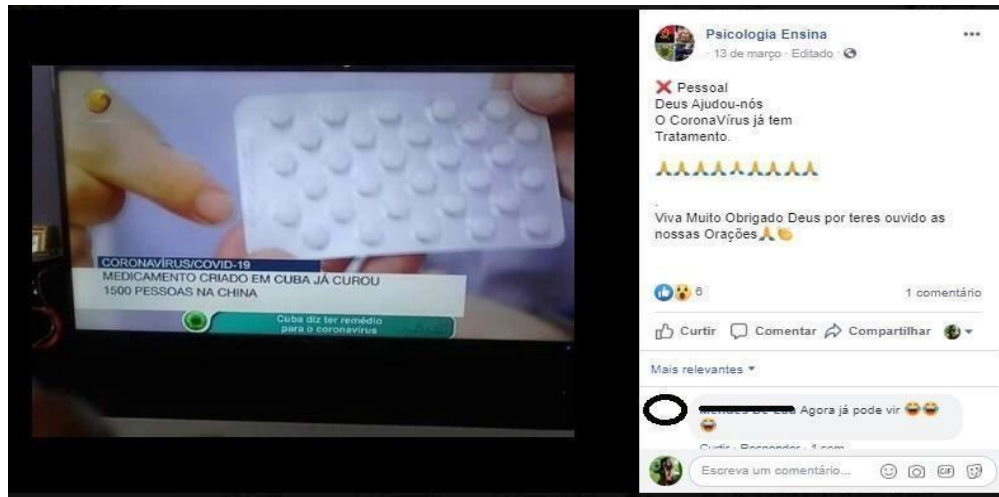
#### Recursos

**Figura 9: Ana Maciel**



Fonte: Espaço Terapêutico Despertar do Ser 20/03/2020, Rio Grande do Sul

**Figura 10: Grupo “Psicologia Ensina”**



Fonte: Facebook 13/03/2020

**Figura 11: Perfil do Facebook nomeado como Edi Prado**



Fonte: Facebook 21/03/2020

**Figura 12: Grupo “Psicologia Ensina”**



Fonte: Facebook, 14/03/2020.

**Figura 13: Cartilha criada pelo Ministério da Saúde**



Fonte: Site do Ministério da Saúde, março de 2020.

Texto: “Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder” de Marilena Chauí. Internet e democracia

Indagamos se a internet abre um campo verdadeiramente democrático e supera a ideologia da competência, em geral, e o autoritarismo sócio-político brasileiro. A internet é um enxame de redes privadas e públicas, institucionais comerciais, governamentais, associativas conectadas em inúmeros "nós" que formam uma "nebulosa informacional amplamente insondável, diversamente organizada, às vezes aberta e disponível, mais frequentemente fechada secreta" (MATHIAS, 2009, p. 24) e que aparece como uma comunicação tecnológica e universal entre as consciências que compartilham opiniões, pontos de vista, experiências, pensamentos, observações, hábitos e mesmo as banalidades da vida cotidiana, ou um mundo de representações entrelaçadas, concordantes ou antagônicas.[...]

A internet nos coloca diante de uma contradição: de um lado, atravessando potencialmente todas as fronteiras territoriais e políticas, parece permitir uma distribuição de

conhecimentos, dar fim disparidades cognitivas e permitir aos grupos e aos indivíduos se apropriar de seu ambiente econômico, social, cultural e político; de outro, porém, as práticas reticulares determinam lentamente o surgimento de um novo tipo de subjetividade que não se define mais pelas relações do corpo com o espaço e o tempo do mundo ou da vida, mas a complexidade de relações artificiais que permanecem esparsas e fragmentadas. [...]

A contradição aumenta se levarmos em consideração a relação entre os usuários e o monopólio da informação pelas empresas de comunicação de massa. De fato, podemos considerar, do ponto de vista da ação política, que a internet e as redes sociais realizam uma ação democratizadora, tanto por quebrar esse monopólio, assegurando a produção e a circulação livre da informação, como também por promover acontecimentos políticos de afirmação do direito democrático a participação. Ao mesmo tempo, porém, não podemos ignorar que os usuários da internet e das redes sociais não possuem o domínio tecnológico da ferramenta que empregam. Justamente porque são usuários, não detém qualquer poder sobre a ferramenta empregada, pois este poder é uma estrutura altamente concentrada, a Internet Protocol, com dez servidores nos Estados Unidos e dois no Japão, nos quais estão alojados todos os endereços eletrônicos mundiais, de maneira que se tais servidores decidirem se desligar, desaparece toda a internet; além disso, a gerência da internet é feita por uma empresa norte-americana em articulação com o departamento de comércio dos Estados Unidos, isto é, eles gerem o cadastro da internet Mundial. Assim, sobre o aspecto maravilhosamente criativo e anárquico das redes sociais em ação política, ocultam-se o controle e a vigilância sobre seus usuários em escala planetária, isto é, sobre toda a massa de informação do planeta. (CHAUÍ, 2019)

### **Avaliação**

A avaliação terá um valor de 0 a 10 pontos e serão avaliadas as respostas do questionário de cada aluno e a participação no debate em sala.

## 4.2 Aula 2

### Tema:

*Fake News* sobre a Ditadura Civil-Militar Brasileira de 1964.

### Ano:

3ª série do Ensino Médio

### Objetivos

Objetivos Cognitivos:

- Identificar os produtores de *Fake News* e suas motivações políticas/sociais.
- Perceber os perigos de se compartilhar notícias falsas, entendendo o poder que elas têm de inverter o significado histórico de períodos como a ditadura; fazendo com que se esqueça dos crimes cometidos contra os direitos humanos e a democracia.
- Identificar a disputa de memória existente sobre o período ditatorial brasileiro, que ainda encontra defesa em nossa sociedade.

Objetivos Atitudinais:

- Ter olhar crítico para identificar *Fake News*.
- Poder identificar e combater *Fake News* em sua rede e influenciar outras pessoas a fazerem o mesmo.

### Conteúdos:

- *Fake News*.
- Como identificar e combater as *Fake News*.
- Ditadura Civil-Militar brasileira.

### Metodologia:

Na primeira parte da aula será feita a leitura e debate do texto de Carapanã, “*A nova direita ea normalização do nazismo e do fascismo*”, que aborda o surgimento da “nova direita” no cenário político mundial e de como ela compactua com ideais criminosos que vão contra a defesa dos Direitos Humanos.

Na segunda parte a turma será dividida em grupos e cada um receberá uma imagem ou texto onde é relatada uma *Fake News*. Através de relatório elaborado pelo professor, o grupo deverá inquirir o material. Os casos serão compartilhados e as respostas debatidas com a turma, para

que se possa avançar acerca da reflexão sobre as origens político-sociais dos produtores das

*Fake News* e seus objetivos.

### **Materiais selecionados pelo professor:**

A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo Carapanã

Parte do antipetismo organizado no processo do impeachment se radicalizou progressivamente desde 2015, deixando de lado as ilusões de que o judiciário poderia resolver os problemas do sistema político e passando a apostar nos militares como arautos da ordem - o que naturalmente foi acompanhado de uma defesa de um suposto legado positivo da ditadura militar.

No cenário global fala-se de uma recessão democrática na qual populações desencantadas com a democracia liberal das últimas décadas voltam-se para partidos e líderes autoritários de direita. [...]

Mais do que um movimento espontâneo, a guinada à direita no cenário global se dá por meio de agentes, gestado em plena luz do dia. [...]

No entanto, a atual movimentação política [mundial] tem muitos pontos em comum, algo definitivamente favorecido pela internet.

Uma nova direita?

A um aglomerado ideológico mais ou menos coeso que é chamado de Nova direita, na qual misturam-se ideias de conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo. A essas ideias somam-se outras que remetem a apologia do eugenismo e da segregação racial que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo.

Isso não quer dizer que as pessoas que se interessam pelos ideais da nova direita sejam necessariamente simpáticas a ideias de segregação ou supremacia racial, nazista ou fascista. O problema, mais complicado, é que essas ideias circulam sem oposição no meio da nova direita, frequentemente defendidas sob justificativa de liberdade de expressão.

Uma discussão é o quanto a nova direita seria diferente da "antiga direita" ou seja, a direita que emergiu depois da Segunda Guerra Mundial é provável que a diferença mais significativa entre ambas esteja no fato de que a nova direita recusa a democracia liberal, ou mesmo qualquer forma de democracia o sistema político ideal parece variar entre o

retorno do absolutismo e a "democracia" iliberal desenhada por Viktor Orbán.

E se a base do pensamento da nova direita é o rompimento com os pressupostos da democracia liberal, é natural que se coloque contra muitas conquistas progressistas do século XX: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos trabalhistas, todo o conjunto de direitos da mulher que veio da revolução sexual, instituições políticas multilaterais em nível internacional e, também o direito universal ao voto e à cidadania plena.

**Figura 4: Fake News sobre Dilma**



Fonte: Agencia Lupa, 6 de Agosto de 2019

**“Um dos retratos que o PT tenta esconder, não quer que apareça de forma alguma. Dilma jovem já terrorista, atrás dela, encostado na parede... um fuzil automático leve (...)roubado do exército brasileiro!”**

Texto em imagem publicada no Facebook que, até as 13h do dia 6 de agosto de 2019, tinha sido compartilhada por mais de 200 pessoas

## II

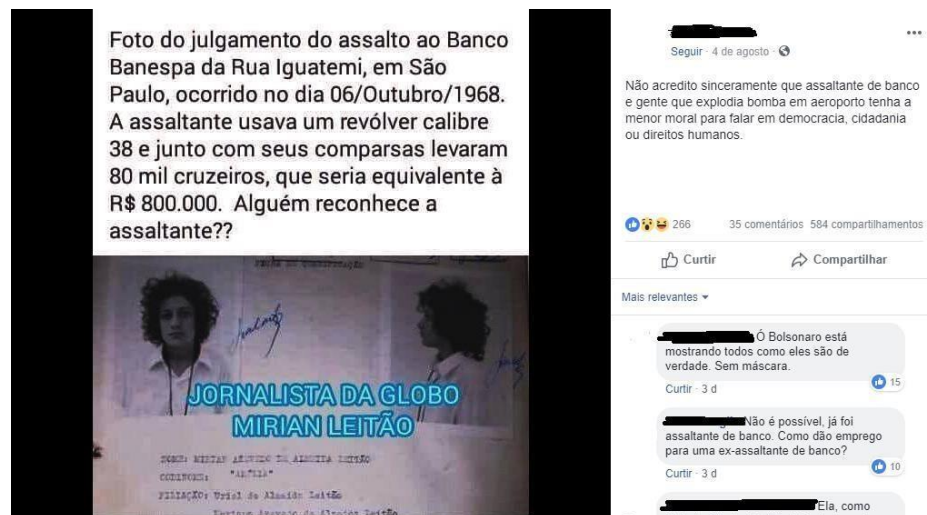
**Figura 7: Fake News Miriam Leitão com Arma**



Fonte: Agencia Lupa, 22 de julho de 2019

“A inocente Miriam Leitão segurando uma inocente furadeira...”  
 Texto de imagem que, até as 16h de 22 de julho de 2019, tinha mais de 4,5 mil compartilhamentos no Facebook

**Figura 6: Fake News Miriam Leitão**



Fonte: Agencia Lupa, 07 de agosto de 2018

## III

A imagem acima foi publicada no Facebook e tinha sido compartilhada 584 vezes até as 18h do dia 07 de agosto de 2018

**Figura 14: Relatório Projeto Brasil Nunca Mais**

-239-

<b>1363</b>	Míriam de Almeida Leitão Netto			
PROF.	jornalista			IDADE 20
LOCAL	ES. - Vila Velha			ANO 1972
APELAÇÃO	40.640	VOL. 39	PÁG. 782v, 783	DCLXXIV
PARTE	auto de qualificação e interrogatório - Auditoria.			

(...)que a interrogada, realmente assinou o termo de declarações constantes dos autos que contêm acusações a sua pessoa, porém, o fez sob coação; que, apesar de estar grávida, na ocasião em que deu ciência aos seus torturadores, foi torturada por indivíduos que eram trocados diariamente; que permaneceu presa durante dois meses e várias vezes sofreu violências; que, no próprio dia em que assinou o termo de declarações, ainda sofreu sevícias, mas não é capaz de reconhecer os seus autores; que, quase todas as noites, era submetida a interrogatórios rigorosos, tendo sido submetida aos interrogatórios completamente despida e recebia ameaças de que seu marido seria assassinado; que recebeu ameaças de sofrer pontapés, em seu ventre, sendo que, algumas vezes, essas ameaças foram efetivadas; que as pessoas que procediam os interrogatórios, soltavam cães e cobras para cima da interrogada; que, por vários dias, ficou sem alimentação alguma; que, em suma e finalmente, a interrogada quer declarar perante o Conselho que, na verdade, subscreveu o Termo de Declarações, mas exclusivamente porque temeu pela sorte de seu filho;(...)

Fonte: Brasil Nunca Mais TOMO I - O Regime Militar\TOMO V - Vol 3 - AsTorturas, p.

**Figura 8: Fake News Maria Amélia**



Fonte: Agencia Lupa, 23 de outubro de 2018.

**“Essa senhora aparece na propaganda do Haddad chorando. Amelinha Teles, junto com seu marido, matou e esquartejou militares em nome da ditadura do proletariado”**  
 Texto que acompanha imagem com mais de 73 mil compartilhamentos no Facebook às 20h do dia 23/10/2018. Imagens semelhantes foram postadas aqui, aqui e aqui .

### **Depoimento de Maria Amelia de Almeida Teles**

Projeto Brasil Nunca Mais 601 a 707.  
 Pasta BNM\_693 p. 52

Qual Seu nome? Maria Amelia de Almeida Teles. Qual a Nacionalidade? Brasileira.

Onde Nasceu? Contagem, Estado de Minas Gerais. Qual o seu estado civil? Casada.

Qual a sua Idade? 28 (06.10.44)

Qual a sua filiação? Jofre de Almeida e dna. Lucia Schimidt de Almeida Qual a sua residência?

Rua Maria Bittecourt, n 9 – cidade Ademar.

Qual o seu meio de vida ou profissão? Professora e prendas domésticas.

Qual o lugar onde exerce a sua atividade? Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Escola “Mundo Infantil”.

Sabe ler e escrever? Sim [...]

... Depois de casada, com seu esposo mudou para o Rio de Janeiro, indo residir em Edson Passos [...]. Por esta ocasião, conheceu o Carlos Nicolau Danielli, vulgo “Cláudio” ou “Antônio”, que ia de vez em quando em sua residência na mesma época em que seu marido começou a mimeografar o jornal “Classe Operária”. Nessa ocasião, voltou a ver Paulo de Tal, vulgo “Paulinho”, que mantinha contatos com seu esposo e com Carlos Nicolau Danielli [...]. Através de relações de amizade de Paulinho, a interrogada arrumou um emprego de professora de deficientes mentais na APAE da Guanabara. Nesse mesmo ano de 1966, houve uma reunião na casa da interrogada, que durou aproximadamente dois dias e que tratou da escolha de um representante do comitê do PC do B da Guanabara, que deveria participar da IV Conferência do partido. [...]

A interroganda não participou dessa reunião e preparou as refeições para seus participantes. Durante este ano, seus pais, Jofre de Almeida e Lúcia Schmidt de Almeida, bem como sua irmã, Crimeia Schmidt de Almeida, ficaram na residência da interroganda até montarem sua própria casa. A mudança de seus pais de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, ocorreu por ele ter sido preso em 1964, [...] por um período de 3 a 4 meses, por questões políticas. Continuou no Rio de Janeiro até 1968, sendo que nesse período seu esposo continuou a mimeografar o jornal “Classe Operária”, sendo que a interroganda algumas vezes ajudava-o na montagem desse jornal. Em fins de 1968 veio com seu esposo para São Paulo, em virtude dele aqui imprimir o jornal “Classe operária” com melhor apresentação. Nesta Capital, Carlos Nicolau Danielli, [...] foi várias vezes em sua residência a fim de tratar de assuntos relacionados com a confecção de jornal [...] em certa ocasião, “Cláudio” levou para a residência da interroganda seus três filhos, para passearem e brincarem com os filhos da interroganda. [...] Seu esposo, que já estava doente há bastante tempo, piorou ainda mais, tendo que ser internado em Campos do Jordão. A partir daí, Carlos Nicolau Danielli, [...] ia sua residência para saber o estado de saúde de seu esposo, e como a interroganda e seus filhos iam, bem como para mimeografar o jornal “Classe operária”, no mimeógrafo a álcool. A interroganda por umas duas vezes ajudou “Cláudio” quando ele me o gravava os referidos jornais. [...]

Quando a interroganda foi presa juntamente com seu esposo, na rua Loefgreen, depois de terem deixado nas imediações desse local Carlos Nicolau Danielli, [...] ficando de apanhá-lo após alguns minutos. Quando o veículo de seu esposo, [...] foram buscá-lo, o mesmo já estava preso, o que facilitou a prisão da interroganda e de seu esposo. [...]

A interroganda foi juntamente com seu esposo cobrir “ponto” com Carlos Nicolau Danielli [...], quando foram presos, em virtude de seu esposo está muito doente, passando muito mal nesse dia e a interroganda temer que o mesmo pudesse ter qualquer problema, e caso isso acontecesse poderia socorrer-lo. Antes disso, nunca cobriu nenhum outro “ponto” com seu esposo ou sozinho. Aceitava este envolvimento de seu esposo, por ser um ideal que não contrariava, uma vez que cada um deve fazer o que sente. A interroganda apesar de não ser favorável a certas medidas governamentais relacionadas com o governo brasileiro, não é muito favorável a forma com que as organizações terroristas agem, e caso quisesse ter um maior envolvimento nessas organizações, oportunidade não lhe faltou. Depois que casou, seu envolvimento no PC do B está diretamente ligado ao auxílio que prestou na confecção do jornal “Classe operária” para seu esposo, e para Carlos Nicolau Danielli [...] quando seu marido estava internado em Campos

do Jordão, além do auxílio financeiro que recebeu quando o aluguel da residência mencionada neste interrogatório. O casamento com seu esposo não teve vínculos ligados a política subversiva, pois o mesmo, além de ter estudado no mesmo colégio que a interroganda em Belo Horizonte, também trabalhava na Rede Ferroviária Federal em Belo Horizonte, com o genitor da interroganda. Apesar disso, sabia que seu marido possuía tendências de esquerda mas ignorava da militância do mesmo no PC do B, por ocasião do casamento. Algumas vezes leu o jornal a “Classe operária”, porém nuncadiscutiu o participou de discussões políticas sobre os artigos constantes desse jornal e jamais escreveu artigo ou participou de contribuição desse jornal subversivo.

#### Roteiro II:

- Site de Origem da *Fake News*:
- Origem da fonte correspondente:
- Data em que a *Fake News* foi produzida ou compartilhada:
- Comparada com o material correspondente podemos identificar informações a mais?
- Que consequência as informações dadas trazem para pessoa a qual se refere?
- Que informação a *Fake News* dá sobre a Ditadura civil-militar brasileira?
- Quais consequências esse tipo de desinformação pode gerar em nossa sociedade?
- Quem adere e compartilha?
- Qual o posicionamento político de quem compartilha?

#### Recursos:

- *Fake News*.
- Fontes.
- Roteiro.
- Acesso à Internet por celular ou uma sala de informática.

#### Avaliação:

O aluno será avaliado com nota de zero a dez, correspondente a sua colaboração com o trabalho do grupo, sendo corrigidas as respostas que conseguiram chegar através do roteiro,

## **4.3 Aula 3**

### **Tema:**

A ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985)

### **Ano:**

3ª série do Ensino Médio

### **Objetivos**

#### Objetivos Cognitivos:

- Entender que o Brasil passou por um longo período ditatorial e que durante esse período houve grande repressão que se manifestou de maneira violenta, com torturas e mortes.
- Perceber que há uma tentativa de justificação dos crimes da ditadura como resposta à resistência que alguns grupos representaram na época.

#### Objetivos Atitudinais:

- Identificar atitudes antidemocráticas.
- Perceber a importância de se defender os direitos humanos e a democracia.

### **Conteúdos:**

- Discurso negacionista sobre a ditadura.
- Texto histórico sobre a ditadura.
- Projeto Brasil Nunca Mais.

- Perfil de perseguidos da época.

#### Metodologia:

A turma terá contato o texto do historiador Carlos Fico, que narra em ordem cronológica os acontecimentos posteriores ao golpe, a postura dos interventores, as manifestações organizadas contra a ditadura e a reação dos militares para conter essas manifestações. Com esse material os alunos poderão começar a traçar conclusões sobre os fatos históricos da época.

A próxima etapa será a análise de alguns casos reais da época e para isso usaremos o material do Projeto Brasil Nunca Mais. De início será feita a leitura de um trecho da introdução do livro com a turma para que entendam o objetivo do material produzido e que essa documentação foi produzida pelos próprios ditadores da época com a análise de processos dos mesmos contra seus opositores.

Com a familiarização dos alunos com esse material, a turma será dividida em grupos para que cada um trabalhe com um tema (sindicalistas, religiosos, estudantes e jornalistas). Será dado um texto para cada grupo e junto um roteiro de questões com o objetivo de guiar a leitura desses alunos.

#### Recursos:

Trecho do livro “História do Brasil contemporâneo” do historiador Carlos Fico

Fico, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. Editora Contexto, 2016, p. 68-73.

Carlos Fico da Silva Júnior - historiador brasileiro, especialista em História do Brasil República e Teoria da história, com ênfase em temas como ditadura civil-militar (Brasil e Argentina), historiografia brasileira, golpe de 1964, memória, violência.

Com a decretação do A1-5, a linha dura pode criar sistemas muito sofisticados de

repressão). Um dos mais abrangentes foi o Sistema Nacional de Informações (Sisni). Logo após o golpe, em junho de 1964, por imposição do governo militar, o Congresso Nacional havia aprovado a criação do Serviço Nacional de Informações - SNI, sigla que se tornaria famosa e temida - órgão responsável por recolher informações de brasileiros suspeitos aos olhos do regime. Mas o SNI funcionou precariamente até 1968. Em janeiro desse ano, seu chefe, o general Emílio Garrastazu Médici (que sucederia Costa e Silva na Presidência da República), deu nova organização ao SNI, criando subseções do órgão em cada ministério e outras repartições governamentais, inclusive nas empresas estatais e universidades federais. Eram as chamadas Divisões de Segurança e Informações (DSI), instaladas nos ministérios e repartições, mas subordinadas, efetivamente, não aos ministros e demais dirigentes, mas ao chefe do SNI. Com isso, o SNI passou a espionar e controlar a vida de milhares de brasileiros que podiam, a qualquer momento, ser acusados de subversão e, em decorrência, ser presos. [...]

Por exemplo, se as Dsi do Ministério da Saúde recolhessem informação sobre um professor, esse documento era enviado ao órgão de informações do Ministério da Educação. Assim, embora os documentos fossem sigilosos, eles circulavam por todo o Sisni e eram enviados às autoridades envolvidas na questão para "orientá-las", isto é, pressioná-las a agir conforme os desígnios da comunidade de informações. [...]

Após o AI-5, a repressão contra as manifestações sociais, que, até então, eram executadas pela polícia, passou a ser feita por órgãos clandestinos, criados por diretrizes secretas, graças às providências tomadas pelo general Portella no Conselho de Segurança Nacional. Esses órgãos foram os principais responsáveis pelas maiores brutalidades cometidas pelo regime militar. Formavam o Sistema de Segurança Interna do País - o Sissegim, o segundo sistema do aparato de repressão política que a linha dura criou baseada no ato.

Para a linha dura, a polícia era ineficiente para combater a "subversão", porque os departamentos de ordem política e social das secretarias estaduais de segurança pública seriam lentos e desaparelhados, isto é, a polícia civil seria incapaz de controlar os opositores do regime. A mesma avaliação era feita em relação à Polícia Federal. A linha dura já havia obtido algumas concessões, como a adoção de foro especial para crimes políticos, que passaram a ser julgados pelos tribunais militares, e a suspensão do *habeas corpus* – que veio com o AI-5. Essa foi uma grande deformação da justiça brasileira. A Lei de Segurança Nacional agravou as penas, porém os radicais exigiam mais.

Uma das inspirações do Sissegim foi a Operação Bandeirantes (Oban), surgida em São Paulo em julho de 1969. A Oban foi criada especificamente para combater o que os

militares chamavam de subversão e terrorismo. A esquerda revolucionária vinha promovendo ações armadas na cidade, como vimos, inclusive assaltos a bancos que eram feitos para financiar a manutenção de seus integrantes que viviam na clandestinidade. Esses assaltos começaram em dezembro de 1967, realizados pela Aliança Libertadora Nacional (ALN), uma das organizações da esquerda revolucionária, e surpreenderam a polícia - que só foi descobrir que aqueles não eram assaltos comuns em novembro de 1968. Banqueiros e empresários exigiram providências e decidiram apoiar, inclusive financeiramente, a Oban.

A Oban, subordinada ao II Exército, buscou coordenar diversas instâncias, como a Marinha, a Aeronáutica, a Polícia Militar, a Polícia Federal e as forças policiais do Estado, além do próprio Exército. Foi a estrutura da Oban que serviu como modelo para a criação do principal aparato do Sissegim, o sistema DOI-Codi, uma das siglas mais assustadoras da época por causa das barbaridades que cometeu. Codi significava "Centro de Operações de Defesa Interna" e DOI "Destacamento de Operações de Informações". Os Codis faziam planejamento, eram dirigidos pelo chefe do Estado-Maior do Exército da área e compunham-se de representantes do distrito naval, da força aérea, da polícia civil estadual, da Polícia Federal e da agência local do SNI - além do próprio Exército. Os dois faziam o "trabalho sujo", prisões e interrogatórios, durante os quais acontecia a tortura. A opção por um "destacamento" é claramente militar: diferentemente das "companhias", "batalhões" ou "regimentos", os destacamentos não possuem uma composição fixa, eram flexíveis. Podiam se adequar as necessidades de cada operação, com grande mobilidade e agilidade. Normalmente, eram comandados por um tenente-coronel. [...]

Os DOI-Codis [...] contavam com setores especializados em "operações externas" (buscas e prisões), informações, contrainformações, interrogatórios e análises, além de assessoria jurídica e policial e setores administrativos. Funcionavam 24 horas por dia em um sistema de plantões. Contavam com veículos e equipamentos de comunicação. Atuavam nos DOIs oficiais, sargentos, cabos e soldados do Exército e das polícias militares, delegados e investigadores da polícia civil, agentes da polícia federal e militares da Aeronáutica e da Marinha. Mulheres da polícia feminina também colaboravam. Médicos acompanhavam os interrogatórios garantindo que as vítimas podiam continuar sob tortura. Operadores de rádio, mecânicos e datilógrafos completavam o quadro. Calcula-se que cerca de mil pessoas estiveram envolvidas nessa atividade. Segundo o Sissegim, o Exército destinava cerca de 600 homens aos DOI-Codis. O pessoal do Exército ou das polícias militares recebia gratificação especial.

Delegados e investigadores das polícias civis eram promovidos por merecimento

depois de algum tempo de atuação. O uso de codinome era obrigatório, bem como de trajas civis, pois os agentes não podiam ser identificados.

A atividade principal dos DOIs consistia na prisão e interrogatório de militantes da esquerda. A tortura foi frequentemente utilizada, pois o principal objetivo da repressão era obter informações rapidamente, antes que a prisão fosse descoberta, pois os militantes da esquerda revolucionária desenvolveram um procedimento conhecido como “ponto”, entrosque, se não ocorressem, denunciariam um problema.

**Tabela 2: População atingida quanto à acusação (denunciados)**

-372-

QUADRO 59  
POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À ACUSAÇÃO  
(denunciados)

ACUSAÇÃO:	Nº
militante de organização	4.935
simpatizante de organização	172
qualquer outra ligação com organização	173
qualquer atividade em partido legal	86
participação em entidade ou movimento de massa	1.370
porte de material	695
ação violenta ou armada	1.464
manifestação de idéias (meios regulares)	145
manifestação de idéias (meios não regulares)	1.324
manifestação de idéias (meios artísticos)	18
críticas e ofensas a autoridades	155
afinidade com o regime deposto	484
transgressões a regulamentos militares	729

**Tabela 3: Caracterização geral da população atingida por faixa etária (denunciados + indiciados + testemunhas + declarantes)**

-340-

QUADRO 27  
CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO  
ATINGIDA POR FAIXA ETÁRIA (denunciados +  
indiciados + testemunhas + declarantes)

FAIXA ETÁRIA	Nº
→ 18	347
19 ←→ 21	1.918
22 ←→ 25	3.728
26 ←→ 30	2.881
31 ←→ 35	1.658
36 ←→ 40	1.454
41 ←→ 45	1.144
46 ←→ 50	855
51 ←→ 60	975
←→ 61	282
n/c	2.178
TOTAL	17.420

**Tabela 4: Caracterização geral da população atingida por sexo (denunciados + indiciados + testemunhas + declarantes)**

-339-

QUADRO 26  
CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO  
ATINGIDA POR SEXO (denunciados +  
indiciados + testemunhas + declarantes)

SEXO	Nº
Masculino	15.454
Feminino	1.966
TOTAL	17.420

**Tabela 5: Caracterização geral da população atingida por grau de instrução (denunciados + indiciados + testemunhas + declarantes)**

-345-

QUADRO 32

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO  
ATINGIDA POR GRAU DE INSTRUÇÃO  
(denunciados + indiciados + testemunhas  
+ declarantes)

GRAU DE INSTRUÇÃO	Nº
analfabeto	201
primário incompleto	301
primário	854
secundário	864
colegial	453
universitário	2.286
universitário incompleto	2.333
escola profissionalizante	76
escolas militares	503
n/c	9.549
TOTAL	17.420

**Tabela 6: População atingida quanto a antecedentes (denunciados)**

-373-

QUADRO 60

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO A ANTECEDENTES  
(denunciados)

ANTECEDENTES	nº
sem antecedentes	5.082
com antecedentes policiais	781
com antecedentes judiciais	1.498
n/c	6
TOTAL	7.367

**Tabela 7: Caracterização dos torturados por sexo e faixa etária**

-65-

QUADRO 115

**\* CARACTERIZAÇÃO DOS TORTURADOS POR SEXO**

SEXO	TOTAL DE TORTURADOS
MASCULINO	1.461
FEMININO	382
T O T A L	1.843

**\* CARACTERIZAÇÃO DOS TORTURADOS POR FAIXA ETÁRIA**

IDADE	TOTAL DE TORTURADOS
até 18	14
19 a 21	199
22 a 25	495
26 a 30	442
31 a 35	223
36 a 40	135
41 a 45	83
46 a 50	76
51 a 60	90
+ de 61	27
não consta	59
T O T A L	1.843

**Tabela 8: Tipos de tortura (código extensivo) e total de denúncias**

QUADRO 115

Tipos de Tortura (código extensivo) e total de denúncias.

Código nº	TIPOS DE TORTURA	Total de Denúncias
001	Ácido - aplicação corpo	2
002	Açoites	4
003	Afogamento	17
004	Afogamento no pau de arara	14
005	Agredido	31
006	Alicate para apertar unhas	1
007	Algemado	110
008	Álcool no corpo + ventilador	1
009	Amarrado	11
010	Amarrado grades da cela	7
011	Amarrado lancha e arrastar água	1
012	Amarrado mãos	33
013	Amarrar pênis para não urinar	1
014	Amarrado pés	19
015	Ameaças	167
016	Ameaça Aborto	8
017	Ameaça afogamento	10
018	Ameaça asfixia	1
019	Ameaça bichos nas costas	1
020	Ameaça comer fezes	2
021	Ameaça enforcamento	5
022	Ameaça entregar ao E.M.	5
023	Ameaça espancamento	13
024	Ameaça estrangulamento	6
025	Ameaça estupro esposa	4
026	Ameaça estupro filha	1
027	Ameaça fazer esposa abortar	3
028	Ameaça fuzilamento	35
029	Ameaça morte	127
030	Ameaça morte jogando avião	1
031	Ameaça prender esposa	14
032	Ameaça prender filhos	9
033	Ameaça prender pais	7
034	Ameaça roleta russa	1
035	Ameaça torturar	208
036	Ameaça torturar esposa	27
037	Ameaça torturar filhos	16
038	Ameaça torturar pais	7
039	Ameaça violação sexual	16
040	Amoniação - na boca	3
041	Ânus - introdução bastão elétrico	1
042	Ânus - introdução cabo vassoura	6
043	Ânus - introdução objeto não identificado	4
044	Apanhou	24
045	Asfixia	1
046	Ambiente de terror	48
047	Agarrado	5
048	Asfixia (Tamponamento boca-nariz)	1
049	Água para piorar choques	21
050	Ameaça arrancar calçados	1
051	Ânus - introdução dedo	1
052	Ameaça família	36
053	Ameaça soro da verdade	4
054	Ameaça torturar irmãos	4
055	Arrastar pelo chão	7
056	Ameaça enterrar formigueiro	1
057	Ameaça cortar membro	3
058	Ânus - enfiar vela acesa	1
059	Ameaça física e moral	1
060	Ameaça sequestro família	3
061	Ameaça esmagar testículos	4
062	Ameaça matar filho	2
063	Amarrado, arrastar pelas ruas	1
064	Ameaça lavagem cerebral	2
065	Arrancar pelos do corpo	2
066	Ameaça decepar dedos	1
067	Árvore, amarrado	1
068	Alicate para apertar partes do corpo	1
069	Aborto devido à tortura	7
070	Ameaça de matar família	1
071	Banho água gelada	17
072	Baratas, ameaça	1
073	Baratas, utilização	2
074	Bigodes, arrancar	2
075	Boca com sal	2
076	Bolos nas mãos	7
077	Bolos nos pés	7
078	Borrachadas	4
079	Braços abertos com pau no meio	1
080	Braços abertos com peso nas mãos	4
081	Beber água gelada	1
082	Banho cachoeira	1
083	Banho rio	1
084	Bofetada	25
085	Beber água de latrina	1
086	Cabeça - enfiar em urina e fezes	2
087	Cabelos - puxar	19
088	Cadeira do dragão	60
089	Cães, ameaça	2
090	Cães, utilização	1
091	Cassetete	18
092	Cela com água	8
093	Cela com gás lacrimogêneo	3
094	Chibata	1
095	Chicote	5
096	Choques Elétricos	527
097	Cavar própria sepultura	1
098	Choques elétricos pênis/ânus	85
099	Choques elétricos vagina/seios	25
100	Chutes	19
101	Ciranda, roda empurrando	1
102	Coação	501
103	Coação física	301
104	Coação moral	241
105	Coação psicológica	188
106	Cobras, ameaça	2

**Questões:**

Segundo a tabela 2, quantos dos atingidos são menores de 18 anos?

Segundo a tabela 5 qual o numero total de atingidos e quantos desses como identificados como sem antecedentes criminais?

Segundo a tabela 6 há registro de menores torturados?

Com todas as informações detalhadas nas tabelas, pela quantidade de indivíduos atingindo – que foram registrados, fora os que não foram –, pela variada maneira de praticar tortura com os presos, e pelo texto do historiador Carlos Fico, podemos concluir que os militares tinham uma preparação para a eficácia do golpe ou apenas reagiram às ações de opositores de esquerda?

**Avaliação:**

Participação no desenvolvimento do trabalho e debates em aula em conjunto com as respostas às perguntas.

## 5 CONCLUSÃO

No decorrer desse trabalho procurou-se demonstrar o quanto os assuntos postados na internet, principalmente nas redes sociais, interferem nos debates previstos para as aulas de história. Aqui abordamos especificamente os efeitos das *Fake News* nas aulas sobre a ditadura civil-militar brasileira, mas podemos prever que esse exemplo pode se estender para outros conteúdos que estão no planejamento da disciplina em diferentes séries. Como vimos anteriormente, na internet podem ser encontradas *Fake News* sobre os mais diversos assuntos e/ou áreas, como saúde, cultura, política e até sobre a vida privada de algumas pessoas.

As disputas políticas latentes no Brasil e no mundo mostram o avanço da extrema direita que fomenta o desrespeito às diferenças, o moralismo e o autoritarismo. No Brasil, essa direita, representada por Jair Bolsonaro, ganhou força, também, com base nas *Fake News* que o ajudaram a se eleger. Nessa situação, o que vemos hoje é a diminuição do diálogo e o aumento do autoritarismo, bem como a desvalorização da ciência, em prol de “achismos”, a negação do que é fato para afirmar o que é *fake*. Não há espaço para a oposição e quem se encontra nesse lugar vira alvo de calúnia e difamação, como vimos os casos de Dilma Rousseff, Maria Amélia de Almeida Teles, Miriam Leitão, e até de ex aliados do então presidente, como os deputados Alexandre Frota e Joice Hasselmann.

As mudanças na atuação do ensino de história, com relação ao ensino tradicional, em que se privilegia datas e questões factuais, são fundamentais e precisam continuar acontecendo. Nós, enquanto professores, precisamos repensar nossa atuação e nos movimentar para levar os conteúdos de história para a realidade dos alunos e fazer com que os conteúdos façam sentido e ganhem mais importância para eles. É um trabalho árduo, especialmente em uma sociedade que pouco valoriza o nosso trabalho, e onde somos pressionados a elaborar planejamentos voltados para a exposição rápida de temas diversos. No entanto, nossa tarefa enquanto educadores nunca foi tão urgente e necessária, ainda mais frente ao contexto de fortalecimento do projeto autoritário representado pelo bolsonarismo.

Os grupos que exercem certa dominação ideológica baseada em *Fake News* terão menos espaço se a nossa educação enxergar nos alunos os cidadãos que atuarão nos diversos setores da nossa sociedade no futuro. É de grande importância exercitar nos alunos o olhar

crítico sobre as informações que eles recebem pela mídia, seja em canais de televisão ou na internet, que é onde eles têm contato com informações das mais diversas, para que consigamos combater os conteúdos falsos.

Considerando as evidências elencadas por este trabalho, bem como o diálogo estabelecido com as fontes e a bibliografia, defendo a urgência de se promover, no espaço da sala de aula, reflexões que visem incorporar, no campo dos valores mais amplos compartilhados por nossos alunos, a defesa intransigente dos direitos humanos e dos direitos sociais, responsáveis por fundamentar e organizar nossa vida coletiva. É fundamental o papel da educação básica nesse sentido, para que não haja um apagamento ou a relativização do que o projeto autoritário causou no passado recente, e mesmo o que vem provocando no presente. É necessário contrapor tal projeto com casos reais, mesmo que aterrorizantes e traumáticos, pois assim demarcamos nosso papel enquanto sujeitos ativos do presente, determinados não somente a permitir que crimes como esses, praticados por agentes do Estado no passado, venham a ser esquecidos ou justificados, como também a lutar para que projetos autoritários de sociedade e poder que insistem em reaparecer venham a contar com o apoio das novas gerações de brasileiros.

Resistir, mais do que nunca, é preciso.

## 6 FONTES

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Vozes, 1985

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. CNV, 2012. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>. Acesso em: 30 de março de 2020.

FACEBOOK. Perfil de “Isentões”. Disponível em: <https://www.facebook.com/isentoes2>. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

FACEBOOK. Perfil de Jair Bolsonaro 2014 Facebook: jairmessias.bolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/555102214638769>. Acesso em: 16 de março de 2020.

FACEBOOK. Datena entrevista o president Jair Bolsonaro, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?v=3107640839262203>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Site Agencia Lupa, 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Site Agencia Lupa, 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2018/08/miriamleitaoprintfacebook.png>. Acesso em 15 de abril de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Print sobre Dilma Rousseff, agencia Lupa, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2019/08/dilmarousseffprinttopo.png>. Acesso em 07 de fevereiro de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Print sobre Miriam Leitão, agencia Lupa, 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2018/08/miriamleitaoprintfacebook.png>. Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Checagem sobre Miriam Leitão, agencia Lupa, 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/08/07/verificamos-miriam-leitao-banco/?fbclid=IwAR0Z0xLZWitSZW9PGTaAMv4dk-Bp24kCXgsUYrg0vFmpekkRjzqKlfZQKgM>. Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Print isentões agencia Lupa, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2019/08/printisentoes.png>. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Mentira sobre Miriam Leitão, agencia Lupa, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2019/07/miriam-leitao-inocente-furadeira-destaque.jpg>. Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Maria Amelia Teles, agencia Lupa, 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2018/10/amelia.png>. Acesso em 09 de

fevereiro de 2020.

FORUM. Bolsonaro dedica voto ao Coronel Brilhante Ustra, torturador da ditadura, 2016. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/bolsonaro-dedica-voto-ao-coronel-brilhante-ustra-torturador-da-ditadura/>. Acesso em 06 de fevereiro de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Memorial da Resistência de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=4&c=83&s=0>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020

INSTAGRAM. Perfil O Estado de São Paulo. 2012. Instagram: @estadao. Disponível em: <https://www.instagram.com/estadao/?hl=pt-br>. Acesso em: 3 de maio de 2020

INSTAGRAM. Perfil de “Isentões”. Disponível em: <https://www.instagram.com/isentoes/>. Acesso em 04 de fevereiro de 2020;

JORNAL PLURAL CURITIBA. Documentos Revelados. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2020.

JORNAL PLURAL CURITIBA. Relatório de Documentos Revelados, 2019. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/repressao/forcas-armadas/relatorio-de-estatistica-do-doi-codi-ii-exercito-dezembro-de-1974/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha sobre o novo Coronavírus. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 15 de maio de 2020

REDE GLOBO. Bolsonaro critica livros didáticos, G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/03/livros-didaticos-atuais-sao-lixo-e-governo-vai-suavizar-linguagem-a-partir-de-2021-diz-bolsonaro.ghtml> Acesso em 07 de março de 2020.

REDE GLOBO. Presidente eleito, Jair Bolsonaro é entrevistado no Jornal Nacional. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/10/29/presidente-eleito-jair-bolsonaro-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghtml>. Acesso em 04 de fevereiro de 2020

REDE GLOBO. Após pressão de religiosos, Dilma suspende produção de ‘kit anti-homofobia’, 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apos-pressao-de-religiosos-dilma-suspende-producao-de-kit-anti-homofobia-2766070>. Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

REDE GLOBO. Gshow, Olavo de Carvalho aprova demissão de Ricardo Vélez, 2019. Disponível em <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/olavo-de-carvalho-aprova-demissao-de-ricardo-velez-conseguiram-trocar-um-pseudo-olavete-por-um-verdadeiro-olavete.ghtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

SENADO FEDERAL. CPMI da Fake News, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=9472&codcol=2292>. Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

TERRA. Policiais matam homem por confundirem Guarda chuva com arma, 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/garcom-e-morto-por-policiais-que->

teriam-confundido-guarda-chuva-com-arma,6d8541ef73fbf761d9e9ea265a3ce191g30wd5xo.html. Acesso em 19 de maio de 2020.

TWITTER. Perfil de “Isentões”. Disponível em: <https://twitter.com/isentoes2>. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

UOL. Rede de fake news com robôs pro-bolsnaro mantém 80% das contas ativas. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm>. Acesso em 14 de fevereiro de 2020.

UOL. Congresso em foco, 2004. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/ao-vivo-alexandre-frota-fala-na-cpmi-das-fake-news/>. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

UOL. Dilma Rousseff trajetória, 1988. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/album/dilmaesp\\_album.jhtm?abrefoto=1](https://noticias.uol.com.br/album/dilmaesp_album.jhtm?abrefoto=1). Acesso em 07 de fevereiro de 2020.

UOL. Eduardo Bolsonaro fala em novo AI-5 ‘se a esquerda radicalizar’, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/31/eduardo-bolsonaro-fala-em-novo-ai-5-se-esquerda-radicalizar.htm>. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUCCI, Eugênio. News não são fake – e fake não são news. In: BARBOSA, Mariana (org.). **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra das narrativas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 37-48.

BRUNO, Fernanda; ROQUE, Tatiana. A ponta de um iceberg de desconfiança. In: BARBOSA, Mariana (org.). **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra das narrativas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 13-24.

CASTRO, Nilo André Piana de. Leitura midiática na sala de aula e nos cursos de extensão: interpretando e construindo conhecimento através de imagens em movimento. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2010. p. 279-291

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e fascismo. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 33-40.

CHAUÍ, Marilena. Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder. In: MORAES, Dênis (org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 13-34.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas CL. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018.

DREIFUSS, R. A. **1964 - A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2015.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. In: BARROSO, Vera Lúcia, PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). **Ensino de História - Desafios Contemporâneos**. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2010. p. 183-202.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

O DIA que durou 21 anos. Documentário dirigido por Camilo Tavares. Brasil: Pequi Filmes, 23 de março de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QJCugIKcWNs>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. SCALCO. Lucia Mury. Da esperança ao ódio. In. GALLEGO, Esther Solano (org). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 53-60.

RAMONET, Ignacio. Geopolítica da pós-verdade: a informação da era das fake news. In. MORAES, Dênis (org). **Poder midiático e disputas ideológicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 113-130.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditaduras no Brasil: entre memória e história. In. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2015. p. 237-252.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia o Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Desirée Azevedo em 05 de abril de 2016. Acesso em 3 de julho de 2020.

